



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE MUSEOLOGIA

**UMA PROPOSTA PARA DOSSIÊ DE TOMBAMENTO:
RECONHECIMENTO DO CENTRO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE
PLANALTINA-DF**

LUCIANA ROQUETE RIBEIRO

Brasília – DF

2023

LUCIANA ROQUETE RIBEIRO

**UMA PROPOSTA PARA DOSSIÊ DE TOMBAMENTO:
RECONHECIMENTO DO CENTRO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE
PLANALTINA-DF**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação
em Museologia da Universidade de Brasília,
apresentado como requisito parcial à obtenção
do título de Bacharel em Museologia.

Orientador: Prof. Dr. Ana Lúcia de Abreu Gomes

BRASÍLIA

2023

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

RR 484p Ribeiro, Luciana Roquete
UMA PROPOSTA PARA DOSSIÊ DE TOMBAMENTO: RECONHECIMENTO DO
CENTRO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PLANALTINA-DF / Luciana
Roquete Ribeiro; orientador Ana Lucia de Abreu Gomes. --
Brasília, 2023.
84 p.

Monografia (Graduação - Museologia) -- Universidade de
Brasília, 2023.

1. Dossiês do Patrimônio. 2. Patrimônio Material. 3.
Tombamento. 4. Planaltina. 5. Distrito Federal. I. Gomes,
Ana Lucia de Abreu, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO
UMA PROPOSTA PARA DOSSIÊ DE TOMBAMENTO:
RECONHECIMENTO DO CENTRO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PLANALTINA-DF

Discente: Luciana Roquete Ribeiro

Monografia submetida ao corpo docente do Curso de Graduação em Museologia,
da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília - UnB,
como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharelado em Museologia.

Banca Examinadora

Orientadora: **Prof.ª Dr.ª Ana Lúcia de Abreu Gomes**

Doutora em História Cultural/UnB

Membro Titular: **Prof. Ms. Elias Manoel da Silva**

Mestre em Educação/UFSC

Membro Titular: **Prof.ª Dr.ª Luciana Magalhães Portela**

Doutora em Antropologia/UnB



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lucia de Abreu Gomes, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 14/08/2023, às 16:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Magalhães Portela, Coordenador(a) da Coordenação do Curso de Museologia da Faculdade de Ciência da Informação**, em 11/10/2023, às 11:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Elias Manoel da Silva, Usuário Externo**, em 30/10/2023, às 09:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **10129385** e o código CRC **B31A69B8**.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente ao meu pai que faleceu em 2019 e foi meu maior incentivador e apoiador. A minha mãe e minhas irmãs que tanto me ajudaram nessa jornada, nunca saindo do meu lado. Sem eles nada disso seria possível. Dedico também aos meus colegas e professores por todo aprendizado e ensinamento, carregarei cada um em meu coração.

RESUMO

O presente trabalho consiste em uma proposta de parte de um dossiê de tombamento para o conjunto de bens que formam o Centro Histórico e Artístico da cidade de Planaltina no Distrito Federal. A partir dos artigos 4 e 7 da Portaria nº 79 de 2015 que baixa instruções referentes à Lei nº 47, de 1989 e ao Decreto 25.849/2005 e que dispõem sobre o tombamento, pelo Distrito Federal, de bens de valor cultural, essa pesquisa dividiu-se em cinco etapas principais. A primeira é a contextualização sobre a importância do patrimônio histórico e o porquê do Centro Histórico e Artístico de Planaltina ser um importante local para preservação. Na segunda etapa já é possível notar uma abordagem sobre o contexto histórico que Planaltina se insere e sua evolução, bem como a história e construção desse Centro Histórico e como a população enxerga o mesmo. A terceira etapa contempla a descrição e análise do bem, no perímetro de tombamento definido, elencando e descrevendo cada uma das edificações quanto a sua tipologia, localização, documentação iconográfica e histórico. A quarta parte aponta o estado e conservação e preservação do conjunto de edificações. Por fim, a quinta parte apresentamos diretrizes de intervenções que podem ajudar na preservação do bem tombado. Este é um trabalho de estudo de caso que coleta dados em arquivos, bibliografias, conversas com a comunidade e observação direta.

Palavras-chaves: Dossiê; Patrimônio Material; Planaltina; Tombamento; Distrito Federal.

ABSTRACT

The present work consists of a proposal for part of a dossier of listed pieces of real estate that form the Historic and Artistic Center of the city of Planaltina in the Federal District, Brazil. Based on Articles 4 and 7 of Ordinance nº 79 of 2015, which issues instructions relating to Law nº 47 of 1989 and Decree nº 25.849/2005, both state laws by the Federal District that provide for the preservation of assets of cultural value, this work has been divided up into five main steps. The first one consists in the contextualization of the relevance of historical heritage in general, as much as the reasons why the Historic and Artistic Center of Planaltina represent an important setting for preservation. Throughout the second step, the research presents an approach to the historical context in which Planaltina is inserted and its evolution, as well as the history involving the construction and settlement of this Historic Center. The third step includes the description and analysis of the entire historical set, within the defined tipping perimeter, listing and describing each of the relevant buildings in terms of their typology, location, iconographic and historical documentation. The fourth part points out the state of conservation and preservation of the set of buildings. Finally, the fifth part presents guidelines for interventions that could help preserving a listed property. This represents a case study work that collects data in archives, bibliographies, conversations with the community and direct observation.

Keywords: Dossier; Material Heritage; Planaltina; Historic Landmark Status; Distrito Federal.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Distrito Federal, 1958.....	26
Figura 2 - General Polli Coelho em frente a uma fábrica de carros de bois com rodas ferradas, em Planaltina.....	27
Figura 3 - Obras de pavimentação da Avenida Cel. Salvador Coelho, 1963.....	28
Figura 4 - Mapa mostrando a rua por onde as casas se erguiam (Atual Av. Salvador Coelho).....	32
Figura 5 - Delimitação do perímetro de tombamento do Centro Histórico.....	33
Figura 6 - Mapa e legenda de parte dos setores urbanos de Planaltina.....	34
Figura 7 - Igrejinha de São Sebastião.....	35
Figura 8 - Igrejinha de São Sebastião, 1972.....	36
Figura 9 - Igrejinha de São Sebastião, 2023.....	36
Figura 10 - Igreja de São Sebastião, em Planaltina (DF), passa por obras de restauração e reforço na estrutura, 2013.....	37
Figura 11 - Praça São Sebastião, rua ao fundo da Igrejinha.....	38
Figura 12 - Casarão na rua atrás da Igreja São Sebastião.....	38
Figura 13 - Mapa demonstrando a ruela por onde as casas se erguiam.....	39
Figura 14 - Avenida Cel. Salvador Coelho, rua que vai da Praça São Sebastião para a Praça Cel. Salviano Monteiro.....	39
Figura 15 - Lote onde ficava o casarão de Dona Negrinha, 2023.....	40
Figura 16 - Casa de Dona Negrinha desmoronando.....	41
Figura 17 - Antigo casarão de Dona Negrinha.....	41
Figura 18 - Avenida Cel. Salvador Coelho em direção a praça Cel. Salviano Monteiro, 2023.....	42
Figura 19 - Cel. Salviano Monteiro Guimarães.....	43
Figura 20 - A Praça Coronel Salviano Monteiro compõe o centro histórico da cidade.....	43
Figura 21 - Antigo coreto da Praça Cel. Salviano Monteiro que era utilizado para eventos, 1954.....	44

Figura 22 - Prefeito Ivo de Magalhães e primeira dama de Planaltina, 1963.....	44
Figura 23 - Praça Cel. Salviano Monteiro Guimarães.....	45
Figura 24 - Trupe Por Um Fio se apresentando no Bloco Sem Eira nem Beira no Carnaval na Praça Salviano Monteiro. 2019.....	45
Figura 25 - Praça Coronel Salviano em 1929.....	46
Figura 26 - O Casarão de Olivia e Salviano hoje é o "Museu Histórico de Planaltina".	47
Figura 27 - Museu Histórico e Artístico de Planaltina, 1987.....	49
Figura 28 - Museu Histórico e Artístico de Planaltina, atingido por um carro, antes da restauração.....	49
Figura 29 - Museu Histórico e Artístico de Planaltina, 2023.....	50
Figura 30 - Residência que era a antiga farmácia, 2023.....	51
Figura 31 - Praça Salviano Guimarães (antiga Praça da República). À esquerda o edifício da antiga	52
Figura 32 - “Casarão Azul”, antiga residência e consultório médico do Dr. Hosannah Guimarães, 2023.....	53
Figura 33 - Fachada o casarão de Dr. Hosannah. foto tirada em 1991 .	53
Figura 34 - O Casarão hotel e anexo, 2023.....	54
Figura 35 - Comissão de Ernesto Balduino para edificação de Pedra Fundamental em frente a residência que passou a ser o hotel “O Casarão” em 1921	55
Figura 36 - Mane Garrincha, hospedado no Hotel O Casarão em 1980.	55
Figura 37 - Hotel O Casarão e o anexo da Academia Planaltinense de Letras, em 2012.....	56
Figura 38 - Casa das Artes, 2023.....	57
Figura 39 - Antigo "Colégio das Irmãs", atual Colégio COC.....	58
Figura 40 - Vista da Praça Salviano Guimarães (antiga Praça da República). Ao fundo, o antigo aspecto do Centro Educacional Maria Assunta.	58
Figura 41 - Twitter do Professor Mario Castro com foto antiga da residência, 1926.....	59
Figura 42 - Casa dos Idosos, 2023	60

Figura 43 - Bendito Bar, Hotel da Praça, 389 Burguer e Pepe Nero, hoje em dia.....	60
Figura 44 - Twitter do Professor Mario Castro com foto da antiga escola.	61
Figura 45 - Vista da Avenida Cel. Salvador Coelho, a esquerda o Grupo Escolar Brasil Caiado	62
Figura 46 - Segundo prédio que abrigou o Colégio Brasil Caiado, 1935.	62
Figura 47 - 389 Burguer com a fachada, 2017	63
Figura 48 - Casarão onde hoje é o Bendito Bar antes da reforma de 2011.	63
Figura 49 - Casarão onde hoje é o Bendito Bar, 2023	64
Figura 50 - Hotel da Praça e a parte que foi reformada e inserida ao 389	64
Figura 51 - Prédio do 389 Burguer e Pepe Nero após a reforma.....	65
Figura 52 - Indícios de má conservação e preservação da Igreja São Sebastião	66
Figura 53 - Indícios de depredação da Praça São Sebastião	66
Figura 54 - Indícios de má preservação e conservação da "Casa das Artes".....	67
Figura 55 - Indícios de má conservação e preservação no Museu.....	68
Figura 56 - Indícios de má preservação.....	69
Figura 57 - Mudanças no "Casarão Azul" antes e depois da reforma	69
Figura 58 - Indícios de má conservação e preservação da "Casa do Idoso"	70
Figura 59 - Bendito Bar antes e depois das reformas.	71
Figura 60 - 389 Burguer antes e depois das reformas.	71
Figura 61 - Indícios de má conservação e preservação, do 389 Burguer, Hotel da Praça e Pepe Nero.....	72
Figura 62 - Indícios de má conservação e intervenções sem autorização.	72
Figura 63 - Indícios de má preservação e conservação	73
Figura 64 - Indícios de má conservação e preservação	74

Figura 65 - Indícios de má conservação e preservação do Hotel O Casarão.....	75
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACHP	Associação Amigos do Centro Histórico e Artístico de Planaltina
APL -	Academia Planaltinense de Letras
Cel.	Coronel
CEMEC	Centro Murialdo da Criança e do Adolescente "Etelvina da Silva Campos
DF	Distrito Federal
GDF	Governo do Distrito Federal
GO	Goiás
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SECEC	Secretaria de Cultura e Economia Criativa
SEDUH	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do DF
SEDUMA	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	13
2.	JUSTIFICATIVA.....	14
3.	OBJETIVOS	18
3.1	GERAL	18
3.2	ESPECÍFICOS	18
4.	METODOLOGIA DA PESQUISA	19
5.	CONTEXTUALIZAÇÃO	20
5.1	SOBRE O CONCEITO.....	21
5.2	BREVE HISTÓRICO DE PLANALTINA.....	21
5.3	HISTÓRIA DO CENTRO HISTÓRICO	30
5.4	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO BEM.....	32
6.	CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO	65
7.	DIRETRIZES DE INTERVENÇÃO.....	76
8.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78

1. INTRODUÇÃO

Designer Gráfico formada pelo Centro Universitário UDF desde 2018 e graduanda do Curso de Museologia pela Universidade de Brasília, moro na cidade de Planaltina-DF onde nasci e fui criada, lugar que inspirou meu interesse de pesquisa. Entrei para o curso como forma de me redescobrir, tanto em uma universidade federal quanto em um curso que me interessava bastante e apesar de não ter sido minha primeira opção sempre fui incentivada por meus pais a conhecer e visitar museus além de apreciar e defender espaços históricos, portanto, foi ainda pequena que iniciei minha jornada nessa área. Ao longo da minha trajetória pelo curso me identifiquei com assuntos que me chamaram a atenção e me fizeram pensar sobre as ideias de patrimônio, memória coletiva, conservação, preservação e restauração de bens.

Planaltina é repleta de riquezas e de carga histórica, visíveis até hoje em seu Centro Histórico e Artístico, que conta com grandes casarões que datam do século XVIII e XIX e apresentam uma arquitetura singular. Uma delas é o imóvel onde hoje se encontra o Museu Histórico e Artístico da cidade. Podemos inferir ser este um lugar que, por ter sido escolhido para abrigar um museu, foi alvo de processos de atribuição de sentidos e valores condizentes com a sociedade em determinada temporalidade. O imóvel foi adquirido pelo Governo do Distrito Federal em 1973, para abrigar um museu e tombado em 1982 criando um ambiente de preservação para a memória, tradições e a cultura da cidade.

O acervo ali localizado atua como testemunho de processos de atribuição de heranças e identidades, e é guiado pela memória afetiva e de pertencimento desse lugar e curiosa por entender melhor esses processos, que desenvolvi essa pesquisa.

O Centro Histórico e seus bens são um riquíssimo patrimônio cultural que conta a história de Planaltina e estão inseridos em um contexto de tradições e valores, que contrastam com a arquitetura moderna de Brasília. A preocupação com estas questões vem combinada com um esforço de identificar a necessidade de fazê-lo e reunir o máximo de informações pertinentes para propor parte de um dossiê que poderá instruir de forma mais adequada o processo de tombamento já existente para esse Centro Histórico.

2. JUSTIFICATIVA

Observando que a cidade de Planaltina/DF é reconhecida por seu significado histórico e cultural referente, principalmente, ao Centro Histórico e Artístico, esta monografia se torna relevante ao identificar e analisar a necessidade de propor parte de um dossiê que viria a compor a instrução de processo de tombamento¹ a partir dos artigos 4 e 7 da Portaria nº 79² de 2015 que baixa instruções referentes ao Decreto 25.849/2005 que por sua vez regulamenta a Lei nº 47, de 1989, que dispõe sobre o tombamento, pelo Distrito Federal, de bens culturais de natureza material, orientando a elaboração de um dossiê para tal finalidade. Abaixo, destacamos os dois artigos da Portaria:

PORTARIA Nº 79, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e de acordo com o que disciplina o Decreto nº 33.178, de 1º de setembro de 2011, Considerando as disposições contidas no Decreto nº 25.849, de 17 de maio de 2005, que regulamenta a Lei nº 47, de 02 de outubro de 1989, que dispõe sobre o Tombamento de Bens Culturais de Natureza Material que constituem Patrimônio Cultural do Distrito Federal; Considerando que a instituição do Tombamento de Bens Culturais de Natureza Material objetiva a preservação do Bem Cultural e possibilita o reconhecimento da contribuição deste Bem para a construção da história e identidade do Distrito Federal; Considerando que se entende por Bem Cultural de Natureza Material o conjunto de bens móveis e imóveis de natureza arquitetônica, urbanística, paisagística, industrial, natural, arqueológica, paleontológica, geológica, pictórica, escultórica, monumental, museológica, cinematográfica, cênica, instrumental, fotográfica, documental, bibliográfica e/ou arquivística, que possuam valor cultural, histórico, artístico, científico, literário, iconográfico,

¹ Conforme consta na Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal, o processo original de número 321013/1973 não foi encontrado nas dependências da referida Secretaria. Em 2007 foi feita uma tentativa de recuperação do processo por meio de cópias de documentos que, acredita-se, levaram tanto à desapropriação do imóvel onde se encontra o Museu, à instituição, e o posterior tombamento do mesmo.

² Veja a legislação completa pelo link:
https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/8d8ed9f33d6044cf950edfe317604d96/Portaria_79_30_09_2015.html

etnográfico e/ou social, que sejam relevantes para a construção da identidade, da memória, da história, e criatividade cultural humana; Considerando a necessidade de consolidação das normas e procedimentos para os processos de Tombo no âmbito da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal, RESOLVE:

Art. 4º O requerimento será apresentado em documento original, datado e assinado, acompanhado das seguintes informações e documentação:

I - identificação do proponente (nome completo, endereço, telefone, e-mail, etc.);

II - identificação do proprietário e/ou responsável pelo Bem (nome completo, endereço, telefone, e-mail, etc.);

III - justificativa do pedido;

IV - denominação e descrição sumária do Bem proposto para Tombamento, com indicação de dimensões, materiais e localização atual;

V - informações históricas sobre o Bem;

VI - documentação disponível, adequada à natureza do Bem, tais como levantamentos técnicos, mapas, material iconográfico e audiovisual;

VII - referências documentais e bibliográficas disponíveis;

VIII - declaração formal do proprietário e/ou responsável pelo Bem expressando o interesse na instauração do processo administrativo de Tombo.

Art. 7º A instrução técnica do processo administrativo de Tombo consiste, além da documentação mencionada no art. 4º, na produção e sistematização de informações sobre o Bem Cultural e deve, obrigatoriamente, abranger:

I - descrição pormenorizada do Bem, que possibilite a apreensão de sua complexidade e contemple a identificação de significados, seu contexto cultural específico e outras informações pertinentes;

II - identificação e contextualização histórica das transformações físicas ocorridas no Bem ao longo do tempo, com registro iconográfico e/ou audiovisual, se existir;

III - material detalhado, tanto quanto possível, adequado à natureza do Bem, constando de material iconográfico e audiovisual, levantamentos técnicos, mapas, entre outros, que especifique, quando couber, as dimensões do Bem ou conjunto, seus materiais constituintes, data de confecção e/ou transformações, e outras informações pertinentes;

IV - referências bibliográficas e documentais pertinentes;

V - reunião de publicações, registros iconográficos, audiovisuais e informativos existentes, em diferentes mídias, e outros materiais que complementem a instrução e ampliem o conhecimento sobre o Bem;

VI - avaliação das condições de conservação em que o Bem se encontra, com descrição e registro fotográfico dos danos, constando de análise de riscos potenciais e efetivos à sua integridade e autenticidade;

VII – proposição de diretrizes para a preservação, conservação, manutenção e, caso necessário, para o restauro do Bem.

É importante ressaltar que esse trabalho também se aplica em caráter de teste verificando a viabilidade e adequação da portaria, ao passo que, segundo consta, na prática, ainda não houve oportunidade de aplicação das orientações da Portaria 79/2015 pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa (SECEC) do DF como ferramenta para elaboração de seus dossiês, o que traz ainda mais importância e originalidade a este trabalho.

Acreditamos que o tombamento do Centro Histórico estabelecido no artigo 2º do Decreto 6.939/1982 demanda uma maior atenção e melhor preservação e conservação dos bens culturais que possuem cerca de 160 anos, carregando a história da cidade. O argumento que sustenta este trabalho é que o tombamento de bens culturais produz efeitos e altera o futuro daquilo que se encontra tombado. Entretanto, o Distrito Federal por meio de seu órgão competente à época, o Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (Depha-DF), cujo responsável era Walter Albuquerque Mello, promoveu um conjunto de tombamentos, dentre eles o Museu Histórico de Planaltina e seu entorno, antes que houvesse uma legislação local específica para a proteção de bens móveis e imóveis no Distrito Federal. Por isso nosso argumento acima explicitado: como não havia legislação de tombamento no Distrito Federal em 1982³, o Decreto 6.939/1982 não tinha embasamento legal para atribuir responsabilidades específicas sobre os efeitos desse ato administrativo sobre o conjunto tombado.

O tombamento foi criado como ferramenta de reconhecimento e proteção do patrimônio utilizado na tentativa de conservar e preservar um bem cultural, que está intimamente ligado à memória de um grupo. Foi na tentativa de salvaguardar bens que poderiam desaparecer com o processo de urbanização, a falta de medidas para conservação e preservação e a evasão de bens culturais, que em 1937 foi editado o Decreto-Lei 25/1937, a fim de estabelecer normas para proteção desse patrimônio. Acreditamos que, na ausência de uma

³ A legislação de tombamento no Distrito Federal é a Lei n. 47 de 1989.

legislação específica de tombamento no Distrito Federal em 1982, o Depha se baseou nessa legislação federal.

Nesse contexto, portanto, o objetivo é destacar a importância do Centro Histórico para a comunidade de Planaltina e analisar quais os valores que determinam a preservação desses bens edificados, para que não corram risco de desaparecimento.

Para tal reflexão buscamos apresentar conceitos de patrimônio e memória, ideias de conservação e preservação, de bens culturais e como a memória local, identidade e história é percebida pela comunidade através dessas edificações. Além de reunir documentação e material necessário para analisar as condições de salvaguarda da arquitetura do Centro Histórico, construindo assim parte de uma proposta de dossiê de tombamento⁴ com base na portaria e no Decreto que regulamenta a lei que dispõe sobre o tombamento de bens culturais de natureza material que constituem o Patrimônio Cultural do Distrito Federal.

⁴ A tipologia dossiê de tombamento é uma expressão que se encontra na Portaria nº 79 de 2015 que dispõe sobre o tombamento, pelo Distrito Federal, de bens de valor cultural de natureza material.

3. OBJETIVOS

3.1 GERAL

O presente trabalho visa identificar quais são as condições de preservação, conservação e uso dos bens culturais ligados ao Centro Histórico e Artístico de Planaltina no Distrito Federal por meio da elaboração de parte de um dossiê de tombamento.

3.2 ESPECÍFICOS

São objetivos específicos deste trabalho:

- Contextualizar o Centro Histórico e Artístico de Planaltina, seus bens materiais e a relação da comunidade com os mesmos;
- Analisar um conjunto histórico de edificações na cidade de Planaltina/DF;
- Identificar e apresentar as informações necessárias para a apresentação do requerimento, bem como a justificativa do pedido com base no Artigo 4º da Portaria Nº 79 de 2015 que dispõe sobre o tombamento de Bens Culturais de Natureza Material;
- Identificar e apresentar as informações necessárias sobre o conjunto de bens culturais, bem como análise de suas condições de preservação e conservação conforme o Artigo 7º da mesma Portaria;

4. METODOLOGIA DA PESQUISA

Para avançarmos, recuperamos aqui nossa pergunta geradora dessa pesquisa: quais e como são as condições de preservação, conservação e uso dos bens culturais ligados ao centro histórico de Planaltina no Distrito Federal? Busca-se utilizar um conjunto de ações que envolvem tanto os saberes da comunidade local, quanto os saberes acadêmicos e administrativos. A intenção é abordar o tema através de um modelo misto, com um projeto tanto quantitativo quanto qualitativo.

As etapas e processos de trabalho que foram utilizadas incluem: 1) Pesquisa bibliográfica, através de livros, artigos e dissertações, registros e outros, inclusive os digitais, com a finalidade de expor conceitos e significados de patrimônio histórico, bens culturais, conservação e preservação e a sua importância para sociedade, além de contextualizar a história e trajetória de Planaltina e seu Centro Histórico. 2) Pesquisa de campo, com base nas referências bibliográficas, foram feitas para caracterização do Centro Histórico, descrição dos bens, recolhimento de material iconográfico, mapas e todo material que contenha informações históricas sobre o bem, além de analisar suas condições de preservação e conservação. Aqui serão identificados e localizados os possíveis materiais de estudo e análise sobre os bens culturais do Centro Histórico da cidade. 3) Conversas foram realizadas com a comunidade detentora do bem que busca garantir a preservação desses bens de forma a analisar sua relevância para a história local e a percepção das pessoas frente ao tombamento desse Centro Histórico. 4) Leitura, debate, análise e diagnósticos com base em todo o material levantado, que irá ajudar na confecção do dossiê de tombamento do Centro Histórico.

5. CONTEXTUALIZAÇÃO

O Patrimônio Cultural apropriado por uma comunidade corrobora a existência de história e memórias que se constroem a partir de um espaço carregado de passado e presente. Materializada nas edificações, essa trajetória faz sentido para determinado grupo e passa a ter significações capazes de atribuir valores culturais que as façam ser percebidas como patrimônio (SILVA, 2015, p. 23-24).

A partir desses elementos é possível notar as relações sociais e culturais na trajetória da cidade de Planaltina/DF, local que carrega, como toda cidade, testemunhos de heranças passadas materializadas em forma de construções. A ideia de que Brasília foi construída sobre um planalto vazio dificulta o entendimento sobre a existência de uma civilização nesse espaço antes da transferência da capital, sendo que Planaltina é um núcleo urbano do Distrito Federal que antecede a esse processo, fato que, a nosso ver, merece estudo.

A memória formada nesse espaço cultural, entretanto, vai além das edificações. Existem aspectos intangíveis para a comunidade, que ainda atribui uma carga de valor com grande importância e referência que atravessa gerações.

Nesse sentido, reconhecendo outros bens culturais de natureza intangível em Planaltina, esse estudo objetiva analisar um conjunto histórico de edificações na cidade na intenção de desenvolver parte de um dossiê⁵ que permita avaliar sua atual situação no contexto de preservação dessa área. Sendo que existem dois decretos de tombamento provisórios de edificações extensiva aos seus entornos - da Igreja São Sebastião e do Museu Histórico e Artístico -, o que abrange todo o Centro Histórico da cidade, sem que cheguem a ter nem mesmo diretrizes de preservação definidas para tais áreas.

⁵ Um dossiê pode ser caracterizado como uma ferramenta de coleta e análise de documentos com a intenção de revelar ou contar a história de vida de um bem, por esse fato fez-se interessante tê-lo como ferramenta para construção e análise de um conjunto de edificações centenárias.

5.1 SOBRE O CONCEITO

A palavra patrimônio tem origem grega e aponta para *pater e nomos* que podem ser traduzidas como algo que é repassado de geração em geração (SILVA, 2015, p.16). Sendo assim, quando no interior das estruturas da memória coletiva, o patrimônio pode ser estabelecido por meio de valores atribuídos. As edificações podem expressar um sentido de patrimônio capaz de garantir sua importância no contexto social e sua relevância histórica combinadas com outros valores que transcendem saberes e tradições fazendo valer a necessidade de salvaguardar expressões culturais que se materializam nesses edifícios.

No Brasil, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi criado pela Lei 378 de 13 de janeiro de 1937 regulamentando o sistema de proteção do patrimônio no país, transformado, anos mais tarde, no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) responsável, até hoje, pela política de patrimônio em âmbito federal. Em âmbito local, o Distrito Federal conta com um organismo de proteção ao patrimônio desde 1975 quando foi estabelecida a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal no domínio da Secretaria da Cultura do Distrito Federal, pelo Decreto nº 2.893.1 (BARBOSA, 2021, p. 21).

A ideia de tombamento por muitas vezes não é bem recebida, porque, compreende-se, que preservar um bem limita a ação de seu proprietário. Por esse fato é importante falar em patrimônio e compreender o conceito de bem cultural e sua importância dentro daquela sociedade. Nesse sentido, se torna relevante a análise desse Centro Histórico centenário, optando pela criação de parte de um dossiê que permita uma avaliação do atual bem cultural, e como seus significados nutrem a memória e a história da comunidade e o que pode ser feito para preservação de áreas ainda existentes.

5.2 BREVE HISTÓRICO DE PLANALTINA

Planaltina é uma região administrativa do Distrito Federal importante nos cenários distrital e nacional, sendo a cidade mais antiga do DF com 163 anos. Para uma determinada historiografia, Planaltina protagonizou episódios significativos que levaram à criação da nova capital do Brasil, e possui

importantes pontos artísticos, culturais e arquitetônicos. Região goiana incorporada ao Distrito Federal, ela conta com uma dupla personalidade, ao passo que vive o contraste entre vila centenária e a modernidade de Brasília.

Goiás possui uma história rica, que tem como principal ponto de partida *oficial* o século XVIII, no contexto das bandeiras na então América Portuguesa, em que se inicia a busca por indígenas e pela exploração de ouro no interior de Goiás pelos bandeirantes. Destacamos aqui a palavra *oficial* para ressaltarmos que estamos atentos ao fato de que trafegamos por meio das vias de uma determinada interpretação que lida apenas com aspectos da colonização portuguesa na América. Nesse sentido, Sílvia Helena Guimarães em seu livro “Os Monteiro Guimarães na história do Planalto Central” observa que:

As bandeiras saíam de São Paulo, chegavam a Goiás através de penosas marchas, subindo rios em batelões, desafiando cachoeiras, saltos e corredeiras; esses batelões eram arrastados por terra, por homens destemidos que enfrentavam todas as emboscadas da natureza (GUIMARÃES, 2009, p.22).

Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera I (1683), e Bartolomeu Bueno da Silva Filho, o Anhanguera II (1722), são destaques como pioneiros na exploração dessa região de Goiás. Anhanguera II é conhecido por fundar “povoados como: Catalão, Caldas Novas, Ferreiro, Anhanguera, Vila Boa, entre outros” (CASTRO, 1986, p.17). Porém, é importante ressaltar que existe a possibilidade de outros exploradores terem encontrado essa região antes mesmo dessa data como citado por Bertran: “Por hipótese, qualquer português embarcado no São Francisco, no Prata ou no Amazonas, pode ter chegado a qualquer desses mesmos destinos sem maiores impossibilidades potamográficas” (BERTRAN, 2005, p.32).

Naquele momento, o Oeste brasileiro passa a ser frequentado por bandeirantes, pois, ao contrário da ideia de espaço vazio, Goiás tinha um território que já era habitado por indígenas como, Macro-Jê, Xavantes, Xacriabás, Xerentes, Canoeiros, Carajás, Caiapós e Goiás; este último originou o nome do estado. Com a passagem da estrada real e coincidindo com a descoberta do ouro, muitos bandeirantes que passaram por ali não se fixaram. Porém, houve os que ali se instalaram, com a intenção de ocupar território e

construir sua vida, e assim começaram a ser notadas as diversas fazendas espalhadas pelo sertão de Goiás.

É nesse contexto que a história de Planaltina começa a ser também, em uma perspectiva oficialmente construída. Nessa perspectiva historiográfica que privilegia o recorte a partir da colonização portuguesa, a região encontrava-se rodeada de sesmarias⁶ atribuídas às famílias tradicionais da cidade. Para uma determinada historiografia e na memória coletiva de alguns, Planaltina em sua origem era um arraial, o arraial de Mestre d'Armas. A comunidade reproduz histórias que contam que o nome da cidade se deve ao fato de que ao redor do povoado se instalara um ferreiro especialista em armas que recebeu o título de mestre. Segundo Silva (2016, p. 2), um documento datado de 1758 menciona a região de Mestre d'Armas. Trata-se de uma Carta do então Ouvidor Geral de Goiás, António da Cunha Sotomaior ao rei de Portugal, D. José, mas sem menção a uma vila, ou arraial, com esse nome. Ainda segundo Silva (2016, p. 2) a segunda referência ao topônimo Mestre d'Armas apresenta-se em um mapa datado de 1773 que indica um ribeirão com essa designação: Mestre d'Armas. Informação essa reiterada por um outro documento, desta vez, um relato de viagem, igualmente do ano de 1773 em que o Capitão General da Capitania de Goiás, D. José de Almeida designa de Mestre d'Armas um ribeirão. A quarta referência pode ser encontrada em relato do Capitão General Luís da Cunha Meneses, governador da capitania de Goiás de 1778 a 1783. Em seu traslado de Salvador a Vila Boa de Goiás, atual Cidade de Goiás, Luís da Cunha Meneses menciona um sítio com o nome Mestre d'Armas. Dessas 4 referências, Silva (2016, p. 3) assinala que podemos afirmar que desde meados do século XVIII há a referência a um sítio denominado Mestre d'Armas que com o passar dos anos designará um ribeirão e, posteriormente, uma região e na sequência um povoado (SILVA, 2016, p. 3 -4).

Para essa narrativa, foi nesse momento também que a criação de currais foi impulsionada, já que foi determinada que a criação de gado deveria ser afastada das lavouras por haver grandes conflitos entre ambas as atividades, o que favoreceu ainda mais o povoamento e ocupação das áreas do sertão goiano (GUIMARÃES, 2009, p.30). O povoado foi se consolidando aos poucos, a

⁶ Sesmaria foi um sistema português, adaptado no Brasil, que normatizava a distribuição de terras destinadas à produção agrícola.

economia se baseava na agricultura e pecuária, elemento principal que conduzia a região. Mestre d'Armas se constrói a partir das ideias de tradição e experiência de fé do sertanejo se erguendo ao redor da estrutura da Igreja. Conforme Silva (2016, p. 6-7) observa que

Foi neste contexto que, primeiramente como pagamento de promessa, mas também pela necessidade de se suprir a prestação de serviços religiosos como, batismo, enterro, matrimônio, se constituiu o "Patrimônio do Santo" que, na história brasileira, foi um importante polo de convergência populacional e movente para a criação de povoados. Geralmente, o Patrimônio do Santo, com o decorrer do tempo, se tornava um embrião de cidade. A tradição oral e o documento que confirma que houve a criação do patrimônio vinculam diretamente ao pagamento de promessa a criação do "Patrimônio São Sebastião". Para criar essa modalidade de posse de terras, "o proprietário de uma gleba de terras escolhe certa área para doá-la ao Santo de sua devoção através de documento público em que o beneficiário é representado pela autoridade eclesiástica; assim fazendo, o proprietário torna patente sua fé e demonstra o desejo de vê-la difundida por intermédio da Capela que significará o sinal de posse[...]". Na verdade, além do benefício de um serviço religioso mais perto da população, o Patrimônio do Santo trazia indiretamente outras vantagens ao doador, pois, "espera auferir lucros com a valorização e a posterior venda dos lotes situados na área que continua de sua propriedade. Nesta hipótese, o doador fixa as bases estruturais do futuro aglomerado, procurando atrair moradores para o local; os que se estabelecessem no chão doado ao Santo patronímico pagarão seus foros à Diocese e os que se fixarem nas redondezas tornar-se-ão arrendatários ou mesmo proprietários dos lotes ocupados. No primeiro caso, o produto do aforamento destina-se à construção da Capela ou à melhoria da que já existir, à manutenção do culto, ao estabelecimento do Cemitério, etc." No interior desse complexo processo, relacionar o surgimento de Mestre d'Armas diretamente à atividade mineradora é usar uma lei geral para definir as exceções, discurso histórico empobrecedor por esconder as peculiaridades do surgimento de certas localidades, interpretação generalizante que não se encaixa nas possibilidades oferecidas pelos documentos até agora encontrados. Se é verdade que o substrato social maior que formou a região de "Goyaz", do ponto de vista do tempo longo, tem suas raízes no ciclo de economia mineradora, é mais verdade ainda que o ciclo de economia das fazendas, com todas as peculiaridades que o ciclo da economia das fazendas trazia para a região do ponto de vista social, político e religioso é o contexto vital do surgimento do arraial Mestre d'Armas. A construção do espaço urbano do arraial Mestre d'Armas nasce do desmembramento intencional, livre e espontâneo dos donos de fazendas da região e está intimamente ligado à criação do "Patrimônio do Santo" e a conseqüente construção da capela dedicada a São Sebastião e do cemitério. Prudentemente, tendo em vista a manutenção dos serviços religiosos, a Igreja motivava a doação de uma porção de terra ao "Santo" onde a capela seria erigida. Dessa forma, na "terra do santo", mais conhecida como "Patrimônio do Santo", aqueles que ali quisessem construir morada ou casas de prestação de serviços pagariam uma taxa anual, conhecida como "foro", ao administrador da igreja, revertida essa como paga ao padre por seus trabalhos pastorais, para os gastos litúrgicos e conservação da capela.

Em 19 de agosto de 1859, o Arraial de Mestre d'Armas foi instituído como distrito municipal da Vila de Couros (atual Formosa/GO), pela lei provincial nº 3. Data comemorada como aniversário oficial da cidade de Planaltina até os dias atuais.

É importante ressaltar que a administração desse território enfrentava disputas entre as vilas de Santa Luzia (hoje Luziânia/GO) e Couros (atual Formosa/GO), como mostrado no mapa mais adiante na figura 1, o que levou às constantes mudanças no nome da cidade. Esse conflito estava intimamente ligado a debates políticos e as cobranças de impostos entre as duas cidades, como relata Mário César de Sousa Castro, professor e morador de Planaltina:

Essa luta de Planaltina querendo ficar com Luziânia, Formosa querendo o comando de Planaltina, vez por outra o comando ficava mesmo em Formosa ou em Luziânia é claro, as pessoas que tinham liderança aqui em Planaltina, antes Vila Mestre D'Armas, Sítio de Mestre D'Armas, e Arraial Mestre D'Armas, essas pessoas faziam movimento em Planaltina para que a cidade fosse comandada por Luziânia, faziam abaixo assinado, iam a luta, participavam de reuniões lá no Passo Municipal de Santa Luzia, no conselho municipal ou da Vila e eles iam lá participar das reuniões dizer 'olha, Planaltina tem essa solicitação, essa reivindicação' e naturalmente que a política nasceu dessa participação dos bons amigos em querer manter Planaltina ligada a Luziânia (CASTRO, 2008, p. 35).

Houve diversas mudanças de jurisdição durante os anos que se seguiram, que deixa pouco claro o real motivo dessa data ter sido escolhida como nascimento oficial da cidade.

Em 1891, houve outro processo de emancipação, e a região passa de distrito para Vila de Mestre d'Armas. Em 1910 seu nome ainda foi alterado para Vila Altamir, e em 1917 passou a se chamar Vila de Planaltina. Somente em 1938 que a cidade se torna apenas Planaltina (PALAZZO, 2015, p.372).

Figura 1 - Mapa do Distrito Federal, 1958



Fonte: <http://cerratense.com.br/ecofontesdocumentais.html>

Em 1892 chega à região de Planaltina a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, a famosa Comissão Cruls, nomeada pelo Presidente da República Floriano Peixoto e liderada pelo astrônomo belga Luiz Cruls. Foi esta comissão que passou por Planaltina em 30 de agosto de 1892. Anos depois, esse episódio colocaria a cidade como capítulo da transferência da capital para o Planalto Central. É possível notar que a narrativa escrita no relatório da missão desconsidera o povoado que ali já existia, e exalta apenas suas características físicas, como descrita no seguinte trecho, “villa pouco atrahente mas de contornos assaz agradáveis: contudo, achamol-a abaixo da opinião que d’ella formáramos por ouvir dizer” (CRULS, 1995, p.69).

Com o tempo Planaltina continuou se expandindo, e tomando uma forma mais urbana, principalmente quando do lançamento da Pedra Fundamental em 1922. Ruas alargadas, recebimento de rede elétrica, inauguração do Serviço Postal e do Grupo Escolar Brasil Caiado, construções da Praça Salviano Monteiro, da Cadeia Pública e a Escola Paroquial de São Sebastião (OLIVEIRA, 2013, p.26). Planaltina recebe o rápido desenvolvimento econômico e modernizador que o contexto da mudança da capital permitia. O comércio se

desenvolveu, loteamentos de terra a venda na expectativa de valorização, e as casas coloniais dão lugar aos frontões em *art déco*⁷.

Para uma determinada historiografia, houve um retrocesso de euforia no período que se sucedeu a Comissão Cruls e a inauguração da Pedra Fundamental. A década de 1930 foi marcada por uma perda de empolgação, que só foi retomada por volta de 1946 quando recebeu a Comissão de Estudo para o estabelecimento do Distrito Federal, comandada pelo General Poli Coelho (OLIVEIRA, 2013, p.26), que demarca o mesmo ponto central do quadrilátero Cruls. É possível notar que ambos os estudos para demarcação da nova capital passaram pela cidade, nesse momento as histórias de Planaltina e Brasília se reaproximam.

Figura 2 - General Polli Coelho em frente a uma fábrica de carros de bois com rodas ferradas, em Planaltina



Fonte: SEDUMA. Águas Emendadas. 2008.

⁷ É um estilo artístico internacional que afetou as artes decorativas, a arquitetura, o design de interiores, o desenho industrial, a moda, a pintura, as artes gráficas, o cinema e o design. Combinou estilos modernistas com habilidade fina e materiais ricos, o Art Déco representou luxo, glamour, exuberância e fé no progresso social e tecnológico.

Com a eleição de Juscelino Kubitschek e a inauguração de Brasília na década de 1960, Planaltina se torna cidade-satélite e, posteriormente, uma Região Administrativa do Distrito Federal e sofre a forte influência modernizadora que a capital trouxe para o Planalto Central. Ruas alargadas e destruição de algumas casas para a pavimentação de rua, o que carrega a primeira problemática sobre o patrimônio dessa cidade (OLIVEIRA, 2013).

Figura 3 - Obras de pavimentação da Avenida Cel. Salvador Coelho, 1963



Fonte: Portal Cerratense

Em 1965, na tentativa de preservar suas características históricas, o arquiteto e urbanista Paulo Magalhães propôs um projeto urbanístico para a cidade a fim de garantir uma melhor organização espacial, adequando-a como cidade-satélite de Brasília. O Plano Diretor de Ocupação Territorial foi elaborado na intenção de proteger a antiga cidade e preservar a cultura e história de Planaltina, construindo limites a fim de evitar junções de novas áreas que poderia dar espaço para o apagamento da velha Villa de Mestre d'Armas. Foi criado então o setor de integração que tinha por finalidade fazer com que as duas comunidades, a tradicional e a moderna, influenciada pelo urbanismo de Brasília, conseguissem conviver juntas.

Nesse momento Planaltina fica ofuscada, e seus valores e tradições passam a representar atraso e decadência, a população estava fascinada pela

modernidade que Brasília representava. A sensação que o momento trazia era de que não existia nada no Planalto Central e a sua história só começou a ser contada a partir da mudança da capital. Hoje em dia, a cidade é raramente citada no contexto do Distrito Federal, porém, possui referências paisagísticas, turísticas, folclóricas, arquitetônicas e de costumes religiosos e festas tradicionais.

A história de Planaltina se divide em alguns momentos formais para a questão patrimonial, primeiramente quando da construção de Brasília, em que a cidade foi palco de alguns acontecimentos históricos que marcaram a vinda da nova capital para o Planalto Central.

Outro momento, quando o Governo do Distrito Federal começou a voltar os olhos para o patrimônio da cidade, a partir do tombamento dos prédios do Museu Histórico e Artístico, da Igrejinha de São Sebastião e da Pedra Fundamental em 1982. A proteção desses imóveis por meio desses tombamentos demonstrou a necessidade de garantir um passado para o Distrito Federal que não fosse o oficial, aquele de que não havia nada no Planalto Central antes da mudança da capital. Walter Mello, idealizador e primeiro diretor do Arquivo Público do Distrito Federal em 1985, destaca o papel de Celina Lamounier D'Alessandro, servidora da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do DF, que tinha um projeto intitulado "Raízes Históricas do Distrito Federal" e deste, um subprojeto "Recuperação e Revitalização do Núcleo Histórico de Planaltina" no final dos anos 1970, quando Walter Mello assume a referida Divisão (APDF, 2018, p.91). Vale destacar que nesse momento Walter Mello foi quem mais reconheceu o valor histórico de uma grande quantidade de bens por meio do tombamento (SILVA, 2018, p. 90).

E por último, no começo da segunda década dos anos 2000, quando da elaboração de um inventário oficial, principalmente do Setor Tradicional, que traz um olhar para outros aspectos de Planaltina que vão além dos já tombados. O inventário feito pelo Iphan em 2012 em parceria com a empresa Ábaco Arquitetura e Design Ambiental, conta com uma preocupação em mostrar e identificar um patrimônio arquitetônico preexistente à transferência do Distrito Federal.

Esses momentos na história da cidade consideram a necessidade de proteção, preservação e atualização desses patrimônios por meio de

justificativas específicas, que pretendem retomar a história de Planaltina. Desde então, a comunidade tem se empenhado na proteção desse patrimônio, mesmo com as dificuldades enfrentadas com grupos políticos locais. Em 2007 foi criada a Associação Amigos do Centro Histórico de Planaltina (AACHP), uma organização da sociedade civil que ajuda a defender e preservar o patrimônio histórico, artístico e cultural da cidade. Além de promover a cultura popular local valorizando artistas, festas religiosas, artesanato, oficinas, entre outros. Após parte da estrutura da Igreja de São Sebastião sofrer uma depredação nesse mesmo ano, alguns moradores perceberam a necessidade de cuidar desse patrimônio, foi então que a Associação nasceu, e hoje já conta com mais de 50 pessoas trabalhando na conscientização dos moradores e na luta pelo tombamento, principalmente, do Centro Histórico.

Vale ressaltar a existência de outras associações em defesa do patrimônio e da história de Planaltina, como por exemplo a Associação de Moradores do Centro Histórico, que tem como um de seus representantes o professor, historiador e morador da cidade, Mario Castro, a Guardiões de Mestre D'Armas, entre outras associações.

5.3 HISTÓRIA DO CENTRO HISTÓRICO

O Centro Histórico de Planaltina está vinculado à história do município desde a sua criação até os dias atuais, como parte dos primeiros e maiores projetos da cidade.

A tradição, relata que em 1811 a população dessa região foi assolada por uma epidemia, não se sabe ao certo qual doença teria acometido as pessoas da cidade, mas existiam várias que eram típicas da época e poderiam ser listadas. Foi então que fizeram uma promessa a São Sebastião, na qual prometeram que caso a doença cessasse e a comunidade ficasse livre daquele mal, um pedaço de terra seria doado para a construção de uma capela em sua homenagem. O milagre foi alcançado, as famílias tradicionais Gomes Rabello e Carlos Alarcão doaram um pedaço de suas terras e a Capela de São Sebastião foi inaugurada em 20 de janeiro daquele ano.

O arraial de São Sebastião de Mestre d'Armas foi então construído ao redor dessa igreja, mantendo o espaço da praça, e esse relato é passado de

geração pra geração até os dias atuais. Essas narrativas fazem parte da memória coletiva, dando vida a biografia centenária da cidade e a formação da sua identidade.

Diferente dos centros históricos dos arraiais erguidos na época da mineração, que nasceram da “febre do ouro”, Planaltina se ergueu a partir da fé e devoção de uma comunidade. Para Elias Manoel da Silva surgiu a partir da criação de “patrimônio de santo”:

Portanto, o povoado de Mestre d’Armas, ou seja, Planaltina surge num momento posterior ao do povoamento arcaico, aquele povoamento advindo do período da mineração e do controle do governo. Seu surgimento está diretamente ligado à dinâmica da formação, estruturação e consolidação das fazendas. Foi neste contexto que, primeiramente como pagamento de promessa, mas também pela necessidade de se suprir a prestação de serviços religiosos como, batismo, enterro, matrimônio, se constituiu o “Patrimônio do Santo” que, na história brasileira, foi um importante polo de convergência populacional e movente para a criação de povoados. (SILVA, 2016, p.6).

Aqueles que se firmassem naquelas terras doadas à igreja deveriam pagar uma taxa anual como forma de cobrir as despesas da capela. Assim, a urbanização e a criação dos casarões se deram de forma mais lenta, devido ao fato das famílias morarem nas fazendas e os espaços em volta da igreja ficarem alugados e ocupados principalmente nas épocas de festividades religiosas.

As casas eram construídas em adobe⁸ com estrutura de esteios de madeira, principalmente na ruela aos fundos da capela, caminho onde a cidade começa a sua expansão pela atual Avenida Coronel Salvador Coelho, como mostra o mapa da figura 4. Devido à posição da igreja, as casas ficaram enfileiradas e seguindo em linha reta para uma área aberta onde os boiadeiros acampavam com seus animais, essas disposições de casas e comércio foi a condição que resultou no desenvolvimento espacial da atual Praça Salviano Monteiro Guimarães e do Centro Histórico de Planaltina.

⁸ O adobe é um tijolo de terra e fibras vegetal misturados com água, moldados e secos ao ar livre (sem queima), muito utilizada na construção de casas antigas.

Figura 4 - Mapa mostrando a rua por onde as casas se erguiam (Atual Av. Salvador Coelho)



Fonte: SEDUH, 2023.

O Centro Histórico de Planaltina preserva em suas formas e seus arredores uma história de desenvolvimento e urbanização da cidade e de certa forma da construção de Brasília, com uma quantidade de edificações dos séculos XVIII e XIX, contrastadas com mudanças que convivem de forma a garantir que a tradição e a modernidade caminhem juntas.

É importante ressaltar que Planaltina não carrega somente monumentos e casas históricas, ela demonstra a tradição de pessoas que lutam para manter a história da cidade viva e atribuída de significados, o que faz da região um ponto de memória coletiva e de identidade social.

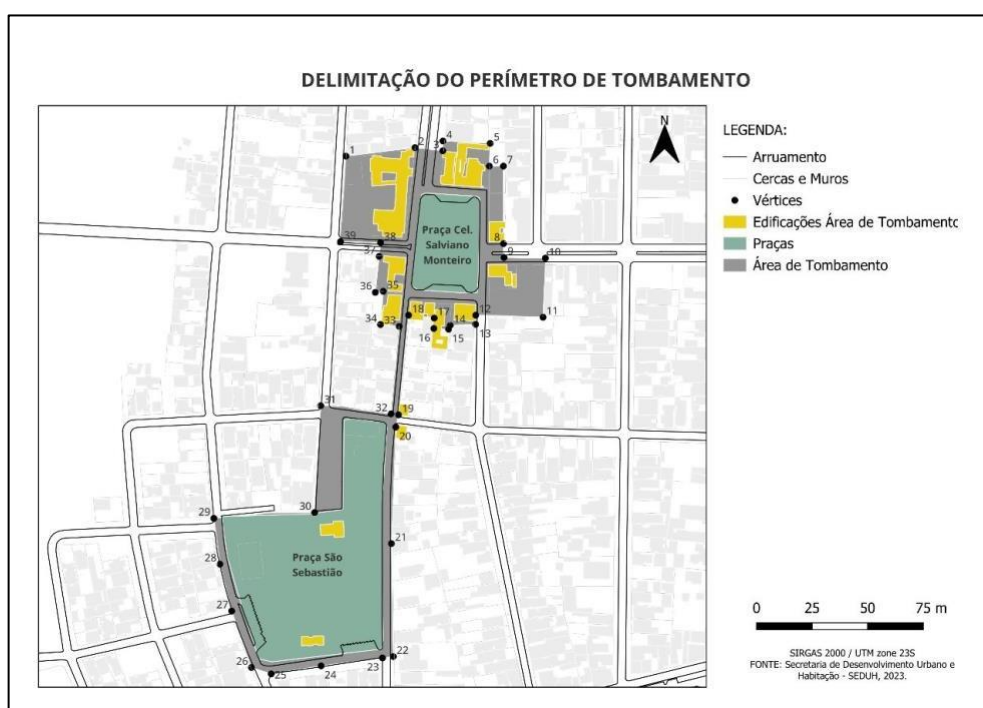
5.4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO BEM

É importante ressaltar os critérios que levaram à escolha de quais bens seriam mais importantes que outros para entrar em tal dossiê. Apesar de sua história ter sido ofuscada em prol do discurso mudancista da construção de Brasília, Planaltina luta, através de associações e movimentos comunitários, para reconhecer seus valores culturais e patrimoniais. Sendo assim, o que levou essa escolha se deve ao fato de a maior parte de edificações coloniais estar no conjunto que hoje compõe o Centro Histórico e Artístico de Planaltina, reconhecidas pela comunidade como históricas e testemunhas de um momento de expansão territorial no Planalto Central que antecede e se mistura com a construção da nova capital, fato primordial para sua preservação. Igualmente, as

quadras aqui apresentadas estão tombadas pelo processo de tombamento do imóvel que abriga o Museu Histórico de Planaltina, Decreto nº 6.939/1982 e a Igreja São Sebastião, Decreto nº 6.940/1982.

Nesse contexto delimitamos o perímetro de tombamento identificado pelos vértices 1 ao 39, abrangendo as duas praças e toda a volumetria dos casarões que se encontram ao redor.

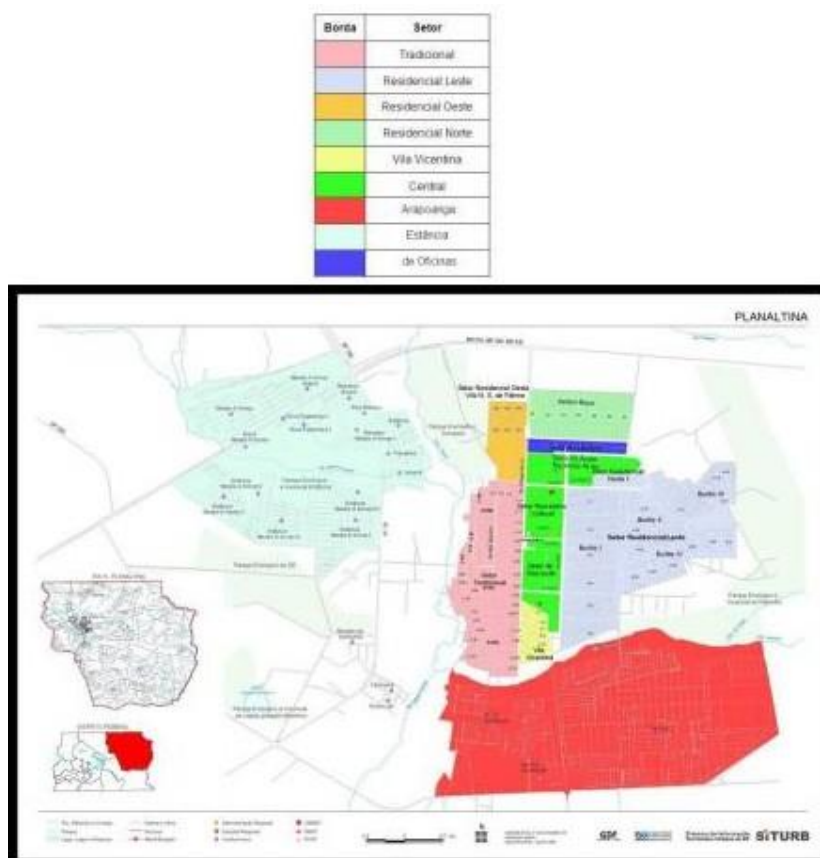
Figura 5 - Delimitação do perímetro de tombamento do Centro Histórico.



Fonte: SEDUH, 2023.

O Centro Histórico e Artístico de Planaltina se encontra no Setor Tradicional, bairro mais antigo da cidade e abrange as praças São Sebastião e Cel. Salviano Monteiro Guimarães que conta com casarões antigos que hoje abrigam a Igreja São Sebastião, o Museu Histórico e Artístico, o Casarão Azul, a Casa do Idoso, a Casa das Artes, o Hotel O Casarão e o Colégio Irmã Maria Assunta (hoje COC), entre outros casarões.

Figura 6 - Mapa e legenda de parte dos setores urbanos de Planaltina.

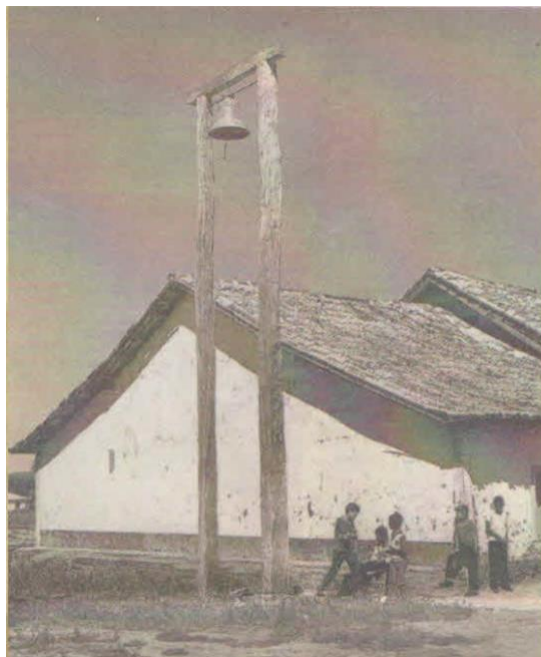


Fonte: GOMES, Isabela Figueiredo de Oliveira. PLANALTINA, DF: Uma história de turismo perdida no Tempo. Brasília. 2018.

Possui casas no estilo colonial remetendo um pouco como era a vida na região e como foi se construindo a cidade em seus primeiros momentos. Edificações centenárias e com características próprias, que representam momentos, sentimentos e identidade de uma comunidade, contadas e lembradas com frequência por quem luta para manter a história da cidade viva.

O assentamento se deu ao redor da Igreja São Sebastião (famosa Igrejinha Velha), algumas famílias começaram a construir suas casas ao redor da capela, foi assim que a vida urbana da então Vila de Mestre d'Armas começa a ser construída.

Figura 7 - Igrejinha de São Sebastião.



Fonte: Portal Cerratense

A Igreja é considerada a mais antiga do DF, com arquitetura característica do século XVIII se afirmou como um importante espaço religioso e cultural da cidade. Construída predominantemente em adobe e taipa, porém, é possível notar também o uso de madeira na decoração e na estrutura (IPHAN, 2012). Desde que foi erguida em 1811 até 1980 quando se deu a construção da nova Igreja Matriz, a Igrejinha de São Sebastião foi sede da paróquia e palco dos mais importantes acontecimentos da cidade, o que a torna ainda mais carregada de história e representações para a comunidade.

Apesar de algumas intervenções na arquitetura da igreja, sua planta permanece quase que inalterada. Em 1870, passou por uma ampliação (ver figura 7), mas sem alterações nas suas características coloniais.

Figura 8 - Igrejinha de São Sebastião, 1972.



Fonte: Portal Cerratense

Figura 9 - Igrejinha de São Sebastião, 2023



Fonte: Acervo pessoal

Foi tombada em 1982 pelo GDF, sob o Decreto de Tombamento nº 6.940, de 19/02/82 (BRASÍLIA, 2013) e sua última restauração se deu em 2013 pelo então governo.

DECRETO Nº 6.940, DE 19 AGOSTO DE 1982.

Dispõe sobre o tombamento provisório da Igreja de São Sebastião - Planaltina, DISTRITO FEDERAL.

O Governador do Distrito Federal, tendo em vista o disposto no artigo 160, Parágrafo Único da Constituição da República Federativa do Brasil e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 3º, inciso III combinado com o artigo 20, inciso II, ambos da Lei nº 3 751, de 13 de abril de 1960,

DECRETA:

Art. 1º - Considera-se sob proteção do Governo do Distrito Federal, mediante Tombamento Provisório, a IGREJA DE SÃO SEBASTIÃO, sita a Praça de São Sebastião de Mestre D'Armas em Planaltina, Distrito Federal - RA-VI.

Art. 2º - A proteção ao elemento referido no artigo anterior é extensiva ao seu entorno, abrangendo" toda a área da Praça de São Sebastião de Mestre D'Armas, frente às Quadras 57, 58, 59 e Avenida Maranhão.

Art. 3º - Qualquer ato que importe na destruição, mutilação ou alteração dos bens referidos nos artigos anteriores, será considerado crime contra o Patrimônio do Distrito Federal, e, como tal, punível de acordo com o disposto nas Leis penais.

Art. 4º - A Secretaria de Educação e Cultura, através do "Departamento de Cultura, diligenciará junto aos órgãos competentes, a formulação, aprovação e adoção de legislação específica que organize a proteção ao patrimônio cultural do Distrito Federal.

Art. 5º - Para todos os efeitos de proteção, o tombamento provisório se equipará ao definitivo.

Parágrafo Único - O Tombamento ora provisório, passará a Tombamento definitivo de acordo com as disposições da Legislação de Proteção ao Patrimônio Cultural do Distrito Federal, a partir de sua adoção.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrária. (BRASÍLIA, 1982)

Figura 10 - Igreja de São Sebastião, em Planaltina (DF), passa por obras de restauração e reforço na estrutura, 2013.



Fonte: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/galeria/2013-03-09/obras-de-restauracao-da-centenaria-igreja-de-sao-sebastiao-em-planaltina-df>

Ao redor da Igreja, criou-se uma praça batizada como Praça São Sebastião, que em seu contorno ganhou estrutura contrastante com o impacto da construção de Brasília e a evolução da cidade. A praça se encontra no

perímetro de tombamento da Igreja, segundo seu decreto (BRASÍLIA, 1982), e é a mais antiga da cidade.

Começou a ser formada a partir da construção da Igreja e hoje mantém um paisagismo ao redor da mesma, com gramado, árvores, bancos, quadras de esporte, espaço arena e parque de areia para as crianças.

Figura 11 - Praça São Sebastião, rua ao fundo da Igrejinha.



Fonte: acervo pessoal.

É cercado por casas e casarões que sofreram mudanças ao longo do tempo e se adaptaram à modernidade, porém, ainda hoje é possível notar casarões com estruturas ainda coloniais (ver figura 12), algumas propriedades são icônicas por serem de famílias tradicionais da cidade.

Figura 12 - Casarão na rua atrás da Igreja São Sebastião.



Fonte: acervo pessoal

Logo na esquina da praça, no encontro da Avenida Cel. Salvador Coelho com a Rua 13 de Maio na quadra 56 lote 11A, é possível notar um espaço vazio que muitos moradores se entristecem ao lembrar, o local era onde se encontrava a casa de Dona Negrinha demolida em 2020, o que causou grande revolta e comoção em muitos moradores. O imóvel estava localizado na área de tutela do tombamento do Museu Histórico e Artístico de Planaltina (Decreto nº 6.939/1982), fator que gera ainda mais polêmica.

Figura 15 - Lote onde ficava o casarão de Dona Negrinha, 2023.



Fonte: arquivo pessoal

A casa era uma construção centenária da arquitetura colonial e fazia parte da memória da cidade, o imóvel era de propriedade particular e pertencia a um descendente de Delmira Fernandes Guimarães (Dona Negrinha), antiga proprietária da casa, que alegou não ter condições de preservá-la. Sua estrutura estava condenada e já vinha sofrendo com o abandono e as ruínas, parte da fachada já havia desmoronado no meio da calçada.

Figura 16 - Casa de Dona Negrinha desmoronando.



Fonte: Portal Metr p les

A Associação dos Amigos do Centro Histórico de Planaltina (AACHP) lutava há anos para conseguir a preservação e cuidado com o espaço. Tal acontecimento e a forma como causou revolta na comunidade, não são planaltinense, demonstra como os significados dessas construções v o além do tangível.

Figura 17 - Antigo casarão de Dona Negrinha.



Fonte: <https://www.jornalnossobairro.com/post/casarao-historico-e-derrubado-no-setor-tradicional-de-planaltina>

Mais adiante seguindo pela Avenida Cel. Salvador Coelho podemos encontrar outras construções centenárias que se ergueram no mesmo período e se formaram ao redor da Praça Salviano Monteiro, como mostrado na figura 18.

Figura 18 - Avenida Cel. Salvador Coelho em direção a praça Cel. Salviano Monteiro, 2023.



Fonte: acervo pessoal.

A Praça Salviano Monteiro, conhecida pelos moradores como “Pracinha do Museu”, está rodeada por casarões antigos que hoje abrigam o Museu Histórico e Artístico de Planaltina, o Casarão azul, o 389 Burguer, o Ristorante Pepe Nero, o Bendito Bar, a Casa do Idoso, o Hotel O Casarão, o Colégio COC, o Hotel da Praça, e algumas outras residências.

A praça sempre foi um ponto de referência na cidade, palco de muitas manifestações políticas e sociais o que permite perceber a importância de seu potencial, da sua identidade e memória coletiva. Carrega o nome de um dos ícones considerado mais importante para a cidade, por grupos mais tradicionais: Salviano Monteiro Guimarães, descendente de portugueses imigrantes, mudou-se para Planaltina com sua esposa Olivia de Almeida Campos e seus dois filhos. O casal saiu do município de Couros (atual Formosa/GO) após perder dois de seus quatro filhos até então, para uma febre, conhecida na época como “febre do Paranã” (GUIMARÃES, 2009, p.61).

Figura 19 - Cel. Salviano Monteiro Guimarães.



Fonte: <http://historiadafamiliaguimaraes.blogspot.com/p/coronel-salviano-monteiro-guimar.html>

Ao chegar em Planaltina comprou um casarão que estava em construção, local que hoje abriga o Museu. Construiu seu nome e deixou seu legado para a cidade que ainda hoje o reconhece como uma figura importante para o desenvolvimento da região.

Em 1930, anos após sua morte, setores da população de Planaltina inauguraram a praça:

A população de Planaltina faz grande homenagem ao grande homem que consolidou a cidade trazendo, progresso, emprego e educação; em 1930, é inaugurada a “Praça Cel. Salviano Monteiro Guimarães”; para lembrar as glórias do velho guerreiro de Planaltina, em frente ao seu casarão, onde viveu e onde sua família ainda vivia. (GUIMARÃES, 2009, p.111)

Figura 20 - A Praça Coronel Salviano Monteiro compõe o centro histórico da cidade



Fonte: acervo pessoal

A praça recebeu muitos eventos cívicos como desfiles e comemoração do dia da Independência do Brasil, solenidades e outros de caráter lúdico em que a população se apropria do espaço para lazer e cultura (OLIVEIRA, 2013 p.33). A praça foi um importante centro de construção de memória de Planaltina, e ainda hoje é reconhecido pela comunidade como um espaço de cultura, lazer e interação.

Figura 21 - Antigo coreto da Praça Cel. Salviano Monteiro que era utilizado para eventos, 1954.



Fonte: Portal Cerratense

Figura 22 - Prefeito Ivo de Magalhães e primeira dama de Planaltina, 1963.



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal

Registros fotográficos e relatos da comunidade demonstram como o local foi palco de grandes manifestações populares e políticas, encontros de comerciantes, lazer e eventos que marcaram a época e as que vieram subsequentes a sua criação, sendo ainda hoje apropriada pela população para alguns eventos da cidade (ver figura 23).

Figura 23 - Praça Cel. Salviano Monteiro Guimarães.



Fonte: acervo pessoal

Figura 24 - Trupe Por Um Fio se apresentando no Bloco Sem Eira nem Beira no Carnaval na Praça Salviano Monteiro. 2019.



Fonte: <http://trupeporumfio.blogspot.com/2019/03/bloco-sem-eira-nem-beira-dia-03-de.html>

A praça está localizada na interseção entre a Avenida Goiás e a Avenida Cel. Salvador Coelho, porém, costumava se chamar Praça da República e começou a ser construída por volta de 1890, antes disso o local abrigava pastos cercados para criações usados por moradores e boiadeiros que passavam pela cidade.

Figura 25 - Praça Coronel Salviano em 1929.



Fonte: Relatório final da oficina de revitalização da pracinha do museu. Disponível em: [https://issuu.com/coletivomob/docs/documento_final_planaltina_vers __ o_](https://issuu.com/coletivomob/docs/documento_final_planaltina_vers__o_.). p. 7. Acesso em: 12 abr. 2023.

Ao redor da praça, na quadra 57 lote 01, se encontra o Museu Histórico e Artístico de Planaltina, construído em 1902 por Afonso Coelho Silva Campos e sua família e vendido posteriormente ao Coronel Salviano Monteiro, importante figura política para a cidade como ressalta Silvia Helena Guimarães em seu livro:

Com a mudança de Salviano Monteiro Guimarães para a Vila de Mestre d'Armas (Planaltina), a cidade, com certeza, mudou para melhor; sua visão de futuro, sua experiência administrativa, política e social, como homem de grandes negócios pelo Brasil e de amizades influentes, começou a trazer o desenvolvimento e novidade não para a sua cidade, mas para todo o Planalto Central. (GUIMARÃES, 2009, p.67)

O casarão, que hoje abriga o Museu, foi lugar de muitas histórias para a família Guimarães e para Planaltina, até 1926, ano da morte de Salviano. Sua família, não aguentando sua partida, se mudou para o Rio de Janeiro, onde

passaram três longos anos, e voltam para a cidade somente em 1930 (GUIMARÃES, 2009).

Os moradores contam que na época o casarão era uma das residências mais confortáveis da cidade, contando com água encanada, luz e telefone. Era o local onde se hospedavam as autoridades, tratava de negócios e recebia diversas comemorações e festividades (GUIMARÃES, 2009).

Figura 26 - O Casarão de Olívia e Salviano hoje é o "Museu Histórico de Planaltina".



Fonte: <http://historiadafamiliaguimaraes.blogspot.com/p/blog-page.html>

Após o falecimento de Salviano e posteriormente de Olívia, Maria América, filha do casal herdou a casa e passou a viver ali com sua família até a década de 1970 quando a transferiu para o Governo do Distrito Federal para a criação do Museu Histórico e Artístico de Planaltina. No inventário, produzido pelo Iphan e pela Ábaco, há a informação que se segue:

Em abril de 1973 a Unidade Móvel de Orientação Social - UNIMOS, do SESC, promoveu a primeira exposição de objetos históricos de Planaltina. O local escolhido para sediar o evento foi a casa da família Monteiro Guimarães. A exposição obteve grande sucesso, fomentando a população e a imprensa à consolidação de um espaço destinado a abrigar a história da cidade. Assim, o então administrador de Planaltina, Francisco Faria Pereira, junto à Secretaria do Governo providencia a criação do Museu Histórico e Artístico de Planaltina, por meio da concessão desse imóvel pelo proprietário Francisco Mundim Guimarães. (IPHAN, 2012, p.182)

O casarão, que hoje abriga o Museu, foi destinado para ser o depositário e guardião da história do Planalto, porém, há quem diga que ele não demonstra muitos registros do período colonial da cidade e possui acervo composto por

fotos e objetos utilizados por famílias ricas e tradicionais o que pouco comprova como vivia o restante da população da vila (OLIVEIRA, 2013).

Os constantes descasos com o mesmo também são pautas na cidade, o imóvel foi tombado em 19 de agosto de 1982 pelo Decreto nº 6.939, com extensão para seu mobiliário e seu entorno, incluindo a Praça Cel. Salviano Monteiro. É válido ressaltar que o processo de tombamento oficial do Museu foi perdido, e somente em 2007 recriaram o documento na tentativa de resguardá-lo, coincidentemente, ou não, foi o mesmo ano em que houve a depredação da Igrejinha e que a AACHP foi criada, o que demonstra ainda mais o descuido com o patrimônio da cidade.

DECRETO Nº 6.939, DE 19 DE AGOSTO DE 1982.

Dispõe sobre o tombamento provisório do Museu Histórico e Artístico de Planaltina, Distrito Federal e respectivo mobiliário histórico.

O Governador do Distrito Federal, tendo em vista o disposto no artigo 180, Parágrafo único da Constituição da República Federativa do Brasil e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 3º, inciso III combinado com o artigo 20, inciso II ambos da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

DECRETA:

Art. 1º - Considera-se sob proteção do Governo do Distrito Federal, mediante Tombamento Provisório, o MUSEU HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PLANALTINA, sito a Praça Cel. Salviano Monteiro, Nº 24, esquina com Avenida Goiás, Quadra 57, Lote Nº 1, e respectivo mobiliário histórico.

Art. 2º - A proteção ao elemento referido no artigo anterior é extensiva ao seu entorno, abrangendo toda a área do Lote Nº 1 e Quadras 43, 44, 55, 56 e 57 e Praça Cel. Salviano Monteiro.

Art. 3º - Qualquer ato que importe na destruição, mutilação ou alteração dos bens referidos nos artigos anteriores, será considerado crime contra o Patrimônio do Distrito Federal e, como tal, punível de acordo com o disposto nas Leis penais.

Art. 4º - A Secretaria de Educação e Cultura, através do Departamento de Cultura, diligenciará junto aos órgãos competentes a formulação, aprovação e adoção de legislação específica que organiza a proteção ao Patrimônio Cultural do Distrito Federal.

Art. 5º - Para todos os efeitos de proteção, o tombamento provisório se equipará ao definitivo.

Parágrafo único - O Tombamento ora provisório, passará a Tombamento definitivo de acordo com as disposições da Legislação de Proteção ao Patrimônio Cultural do Distrito Federal, a partir de sua adoção.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário (BRASÍLIA, 1982)

Figura 27 - Museu Histórico e Artístico de Planaltina, 1987.



Fonte: Inventário de Planaltina

O Museu é uma edificação com características coloniais, feito de adobe e taipa com telhas de cerâmica e possui quatorze cômodos com piso de tábua corrida e cimento nas áreas externas.

Sofreu um abandono por muitos anos, alguns móveis foram saqueados e foi até atingido por um carro. E assim em 2013 foi restaurado pelo Governo do Distrito Federal e reabriu para a comunidade em 2017.

Figura 28 - Museu Histórico e Artístico de Planaltina, atingido por um carro, antes da restauração.



Fonte: PALAZZO, Pedro Paulo. Planaltina e suas narrativas: cultura, memória e patrimônio em publicações locais desde o século XX. 2015.

Figura 29 - Museu Histórico e Artístico de Planaltina, 2023.



Fonte: Arquivo Pessoal

Ao lado do Museu, na Praça Salviano Monteiro na quadra 57, lote 139 existe outra edificação construída por volta de 1938, que por muito tempo abrigou uma farmácia, e segundo relatos, hoje é uma residência. Passou por mudanças ao longo do tempo, porém, o caráter *art déco* permaneceu.

Figura 30 - Residência que era a antiga farmácia, 2023.



Fonte: acervo pessoal.

A casa possuía uma estrutura comum de edificações comerciais da época, duas janelas grandes com uma porta ao centro, planta do tipo compacta e ocupação dianteira que com o tempo e a mudança de uso, passou por alterações. Hoje é possível notar na fachada uma platibanda decorada com relevos típicos da *art déco*, e sua estrutura possui diferentes técnicas de construção como partes em adobe e outras de tijolo cozido, taipa e madeira (IPHAN, 2012). Essa edificação possui um afastamento lateral, onde existia um beco ligado com a rua de baixo (famoso Beco do Amor). As aberturas não possuem ornamentação. Compondo a fachada frontal (leste), há duas janelas verticais com caixilhos metálicos, vidros e grades.

Figura 31 - Praça Salviano Guimarães (antiga Praça da República). À esquerda o edifício da antiga farmácia



Fonte: Inventário de Planaltina.

Ao lado da antiga farmácia, na Av. Salvador Coelho Q. 57, Lote 141, encontra-se o Casarão Azul, assim denominado pela comunidade devido a sua pintura azulada. Este casarão foi a residência do Dr. Hosannah Pinheiro Guimarães⁹, uma das primeiras edificações do tipo pós-colonial da cidade, construída por volta de 1921 na Avenida Cel. Salvador Coelho, entre as praças São Sebastião e Cel. Salviano Monteiro. Sua estrutura possui características coloniais e ecléticas, típicas da época, porém, a fachada passou por acréscimo de elementos neoclássicos segundo relatos da comunidade.

O casarão foi um hotel quando da construção de Brasília, passou a ser a residência do Dr. Hosannah e teria sido utilizado, por algum tempo, como seu consultório médico.

⁹ Hosannah de Campos Guimarães (1905 — 9 de novembro de 1997) médico e governador de Goiás, de 30 de junho de 1950 a 30 de janeiro de 1951. Filho de Salviano Monteiro Guimarães e Olívia Campos Guimarães, Hosannah nasceu a 31 de outubro de 1905, em Planaltina.

Figura 32 - “Casarão Azul”, antiga residência e consultório médico do Dr. Hosannah Guimarães, 2023



Fonte: acervo pessoal

O Casarão é uma das edificações históricas que os Amigos do Centro Histórico tentam preservar. Dr. Hosannah Campos Guimarães era filho de Salviano e Olívia, cursou medicina no Rio de Janeiro e atendia a população de Planaltina e região, por muitos anos, neste casarão. Exerceu vários cargos políticos sendo o principal como governador do Estado de Goiás, além de ter forte influência na cidade.

Figura 33 - Fachada o casarão de Dr. Hosannah. foto tirada em 1991



Fonte: <https://chiquinhodomas.blogspot.com/2021/04/historia-brasilia-sexagenaria.html>

Passou por diversas mudanças morfológicas devido seus diferentes tipos de usos, residência, clínica médica e hotel. Misturou o uso de adobe nas paredes

com tijolo cozido e houve ampliação da planta. Segundo o inventário feito pelo Iphan e a empresa Ábaco: “As análises históricas dessa edificação permitem notar uma transição de programa arquitetônico entre a morada colonial e os espaços da vida moderna.” (IPHAN, 2012)

Foi vendido em 1980 pelos herdeiros de Dr. Hosannah Guimarães, e revendido em 2009, após passar um tempo desabitado.

Para muitos moradores da cidade, as construções remetem como era a vida antigamente, e preservá-las é uma forma de guardar a história de Planaltina, do Planalto Central e de Brasília.

Como no caso do hotel O Casarão, localizado também ao redor da Praça Cel. Salviano Monteiro na quadra 44, lote 11 e muito famoso na cidade. Geralda Maria Vieira e Vânia Maria Vieira, mãe e filha, são as proprietárias do hotel.

Figura 34 - O Casarão hotel e anexo, 2023



Fonte: acervo pessoal

Originalmente foi uma residência, porém em 1921 recebeu a Comissão de Balduino Ernesto de Almeida quando vieram assentar a Pedra Fundamental em Planaltina.

Figura 35 - Comissão de Ernesto Balduino para edificação de Pedra Fundamental em frente a residência que passou a ser o hotel “O Casarão” em 1921.



Fonte: Portal Cerratense

Anos mais tarde, por influência da movimentação da mudança da capital, o hotel consolidou-se, e foi testemunha de muitos acontecimentos históricos da cidade, como a hospedagem do jogador Mané Garrincha em 1980, que segundo relatos, causou uma grande movimentação na cidade.

Figura 36 - Mane Garrincha, hospedado no Hotel O Casarão em 1980.



Fonte: Portal Cerratense

Outros relatos são sobre a existência de uma churrascaria no anexo do hotel, muito famosa, que reunia vários candangos a procura de diversão e a praça ficava cheia e movimentada aos fins de semana. Esse espaço também abrigou por um tempo a Academia Planaltinense de Letras (APL) (OLIVEIRA, 2013).

Figura 37 - Hotel O Casarão e o anexo da Academia Planaltinense de Letras, em 2012.



Fonte: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2015/01/20/patrimonio-historico-de-planaltina-em-debate/>

Atualmente o espaço só recebe as quintas-feiras o “forró dos véi”, como é popularmente denominado o evento que reúne, não somente, mas em sua grande maioria, idosos para uma tarde de dança e lazer, vale lembrar que até pouco tempo atrás esse forró acontecia do outro lado da rua na Casa do Idoso.

O hotel sofreu algumas modificações para garantir a preservação, e para adaptar as novas condições de uso, porém, sua estrutura colonial permanece inalterada. É possível notar alterações na fachada frontal e os contrastes das técnicas construtivas como a tradicional, de adobe, taipa e madeira e a moderna, com alvenaria (IPHAN, 2012).

Existe um outro casarão também localizado no Centro Histórico de Planaltina, na Praça Salviano Monteiro quadra 44, lote 11B e foi construído no fim do século XIX e início do XX (OLIVEIRA, 2013). Recebeu o nome de Casa das Artes Nilda Campos, homenagem a sua antiga proprietária, filha de Senhor Epaminondas da Silva Coelho de quem herdou a construção. Segundo relatos da comunidade esse prédio também foi usado como loja de tecidos e utensílios domésticos e um bar bastante frequentado, principalmente, pelos jogadores que passavam por ali.

A casa é uma construção do tipo pós-colonial, com combinações coloniais e ecléticas¹⁰ construída em adobe e taipa, como pode ser notado na figura 37. Atualmente a casa se encontra fechada e com condições de abandono bem perceptíveis, a conversa que corre pela cidade é que o lote onde edificação se encontra foi doado, ainda em vida, pela então proprietária, para uma congregação de padres, esses transformaram parte do espaço em um colégio o Centro Murialdo da Criança e do Adolescente "Etelvina da Silva Campos" (CEMEC). Mas não se sabe ao certo quem de fato seria o proprietário do imóvel, que hoje se encontra fechado sem uso aparente, e em péssimas condições de preservação, o que demonstra um descaso com o casarão.

Figura 38 - Casa das Artes, 2023.



Fonte: acervo pessoal.

O espaço em que hoje abriga o colégio COC, é uma área bem antiga e muito extensa localizada na esquina da Avenida Goiás com a Avenida Cel. Salvador Coelho também na Praça Salviano Monteiro, na quadra 43, lote 5. Esse edifício costumava ser o famoso Colégio Irmã Maria Assunta, carinhosamente apelidado de “Colégio das Irmãs” pela comunidade, que foi por muito tempo comandado por freiras franciscanas. Conta-se que esse espaço já foi um convento em seu uso original, porém, passou a ser um colégio de ensino fundamental anos mais tarde.

¹⁰ Tornou-se eclética toda a arquitetura feita a partir da mistura entre novas experimentações construtivas e referências historicistas, criando obras de maneira livre e sem regras rígidas, como outros estilos como Arquitetura Barroca, Arquitetura Moderna e Arquitetura Contemporânea.

Figura 39 - Antigo "Colégio das Irmãs", atual Colégio COC.



Fonte: acervo pessoal

Figura 40 - Vista da Praça Salviano Guimarães (antiga Praça da República). Ao fundo, o antigo aspecto do Centro Educacional Maria Assunta.



Fonte: Inventário de Planaltina Iphan, 2012.

A edificação ocupa quase que todo o quarteirão, tem uma planta dividida em alas, e se estende de forma paralela à Avenida Cel. Salvador Coelho, a fim de abrigar todos os seus usos: uma capela, a residência das freiras e as salas de aula. Também existem enormes pátios internos e áreas de lazer, é rodeado por muros e a fachada possui aberturas com grades. Foi construído em concreto e alvenaria estrutural sem ornamentos na fachada (IPHAN, 2012).

Outro casarão que hoje abriga a Casa do Idoso foi construído no fim do século XIX por João Carlos Alarcão na esquina da Avenida Goiás com a Rua 15 de Junho, também ao redor da Praça Cel. Salviano Monteiro quadra 55, lote 23. Na década de 40 foi vendido para Salvador Ribeiro de Freitas (Dodô Ribeiro) que na ocasião a transforma em uma loja. A casa possui características coloniais com um edifício principal e quatro edículas e não possui ornamentos na fachada. Construída em adobe e taipa estruturadas numa gaiola de madeira (IPHAN,2012).

Figura 41 - Twitter do Professor Mario Castro com foto antiga da residência, 1926.



Fonte: <https://twitter.com/mariocsarcastro>

Por volta de 1983, Dona Morena, como era conhecida a esposa de seu Dodô, em estado terminal de saúde pediu a seu filho que aquele local fosse utilizado como um espaço para atividades de idosos. Foi então que o casarão passou a ser utilizado como centro de atividades para idosos e uso de entretenimento e lazer, como no caso do “fórró dos véi”, como é chamada a tarde lazer e dança abertos a comunidade e aos idosos de Planaltina e região. Essa iniciativa teve início por volta de 1995 quando o Instituto de Ação Comunitária

comandado por Maria Alice Guimarães e dirigido por voluntários começou a promover atividade para os idosos que frequentavam o local, e até hoje essa prática continua.

Figura 42 - Casa dos Idosos, 2023.



Fonte: acervo pessoal

Hoje no Centro Histórico, ao redor da Praça Cel. Salviano Monteiro na quadra 56, também podemos notar a presença de opções de lazer e gastronomia, como o caso do Bendito Bar, o Hotel da Praça, o 389 Burguer e o Pepe Nero Ristorante, que ocupam edificações antigas.

Figura 43 - Bendito Bar, Hotel da Praça, 389 Burguer e Pepe Nero, hoje em dia.



Fonte: acervo pessoal

O terreno onde estão construídas já foi um dos colégios mais antigos de Planaltina, o Grupo Escolar Brasil Caiado que integrava uma rede de escolas distribuídas por Goiás e ligadas ao governador do estado.

A escola começou a funcionar com esse nome por volta de 1929 e permaneceu assim por mais seis anos, até ser batizada pela comunidade como Grupo Escolar de São Sebastião.

A primeira diretora da escola foi Dona Maria América Guimarães, filha de Salviano e Dona Olívia, mas o professor Mário Castro, morador e historiador de Planaltina, conta em entrevista para o Jornal de Brasília que a escola já funcionava dois anos antes de seu registro jurídico.

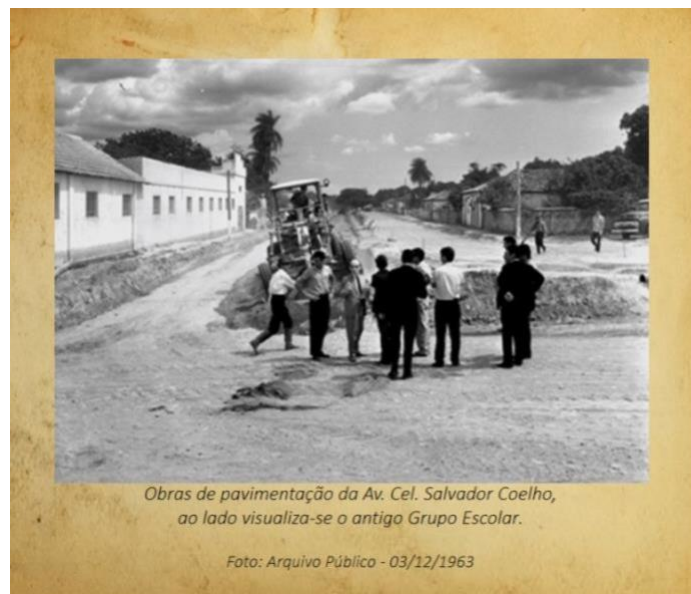
Figura 44 - Twitter do Professor Mario Castro com foto da antiga escola.



Fonte: <https://twitter.com/mariocsarcastro>

Os relatos pela cidade é de que em 1953 a primeira instalação do prédio tinha uma grande rachadura que impediu o colégio de funcionar, foi desabilitado e passou a ser uma oficina. Foi então transferido para outro local, onde hoje se encontra o Colégio COC, na Avenida Cel. Salvador Coelho.

Figura 45 - Vista da Avenida Cel. Salvador Coelho, a esquerda o Grupo Escolar Brasil Caiado



Fonte: Portal Cerratense

Nos anos 50, a família Alarcão, proprietária do espaço até os dias atuais, demoliu o prédio, e construiu o que hoje abriga o Bendito Bar, o Hotel da Praça, a hamburgueria 389 Burger e o Ristorante Pepe Nero. A fachada do lugar onde hoje se encontra os dois últimos foi reconstruída com arquitetura semelhante à antiga escola como mostra a comparação entre as figuras 45 e 46, porém, anos mais tarde, sofreu alterações que causaram polêmicas na cidade.

Figura 46 - Segundo prédio que abrigou o Colégio Brasil Caiado, 1935.



Fonte: Portal Cerratense

Figura 47 - 389 Burguer com a fachada, 2017



Fonte: <https://www.metropoles.com/gastronomia/comer/planaltina-tem-historia-e-tambem-boas-opcoes-gastronomicas>

O primeiro espaço localizado na quadra 56, abriga hoje o Bendito Bar como mostra figura 49, local que recebe um público grande, principalmente aos fins de semana e que já foi uma residência, bar e em 2011 passou por uma reforma que mudou sua estrutura e a transformou na edificação que existe hoje, não se sabe ao certo se houve a autorização da Secretaria de Cultura para tais mudanças. Os proprietários atuais do bar contam que tentaram manter suas características o mais próximo possível do que era, com a ideia de preservar o casarão e fazer o público se apropriar do espaço.

Figura 48 - Casarão onde hoje é o Bendito Bar antes da reforma de 2011.



Fonte: Inventário de Planaltina, Iphan, 2012

Figura 49 - Casarão onde hoje é o Bendito Bar, 2023.



Fonte: acervo pessoal

Ao lado, está o Hotel da Praça, o 389 Burguer e o Pepe Nero, os quais, atualmente tiveram sua fachada e estrutura modificadas, o que causou revolta em uma parcela da comunidade, pelo fato de ter descaracterizado totalmente o local. Segundo relatos a estrutura da fachada do Hotel estava desmoronando e em parceria com o 389 Burguer conseguiram fazer a reforma e em troca um pedaço do hotel passaria a fazer parte da hamburgueria. É possível notar como a fachada foi bastante modificada o que gerou indignação aos moradores locais sobre o tombamento e a preservação do Centro Histórico e das casas históricas.

Figura 50 - Hotel da Praça e a parte que foi reformada e inserida ao 389



Fonte: acervo pessoal

Figura 51 - Prédio do 389 Burguer e Pepe Nero após a reforma.



Fonte: acervo pessoal

6. CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO

O perímetro de tombamento em questão possui muitos desafios para a sua preservação e conservação. Essa área que abrange o Centro Histórico e Artístico faz parte da tutela de tombamento do Museu e da Igreja de São Sebastião, o que demanda preservação e conservação. Porém, os decretos de tombamento não especificam ações de proteção para essas edificações, tampouco especificam diretrizes relativas à sua preservação, ao passo que se trata ainda de um processo provisório.

Com a falta de fiscalização e de uma lei eficiente, esse patrimônio vem aos poucos sofrendo degradação do tempo e de sua própria comunidade.

Considerando a importância que esse conjunto de edificações históricas adquiriu com o passar do tempo, seus usos e observando sua fragilidade elencamos uma série de falhas na preservação de sua integridade física.

Na Igreja São Sebastião e no seu entorno foram identificados alguns indícios de má conservação como:

- Rachaduras;
- Pintura desgastada e manchada;
- Depredação de bancos, do parque infantil, da quadra de esportes;
- Pinturas sem autorização da Secretaria de Cultura;

Figura 52 - Indícios de má conservação e preservação da Igreja São Sebastião.



Fonte: acervo pessoal.

Figura 53 - Indícios de depredação da Praça São Sebastião.



Fonte: acervo pessoal.

A Casa das Artes Nilda Campos é a edificação que se encontra em condições mais precárias. Pode ser notado:

- Desgaste na pintura;
- Rachadura nas paredes;
- Condições de abandono visíveis;

- Infiltrações;
- Desgaste na parede;
- Depredação;
- Rachaduras na madeira;
- Emendas na estrutura;

Figura 54 - Índícios de má preservação e conservação da "Casa das Artes"



Fonte: acervo pessoal.

O Museu Histórico e Artístico de Planaltina também passou por uma restauração em 2013, mas já podemos notar alguns problemas de preservação, como:

- Rachaduras na madeira;
- Desgaste na pintura
- Várias ocorrências de princípio de incêndio na edificação;
- Rachaduras nas paredes;

- Fissuras na madeira;

Figura 55 - Indícios de má conservação e preservação no Museu.



Fonte: acervo pessoal

O Casarão Azul passou por várias reformas recentes que modificaram sua fachada:

- Várias pinturas ao longo do tempo;
- Criação de muro e portão;
- Fissuras na madeira;
- Rachaduras nas paredes;
- Desgaste na pintura;

Figura 56 - Indícios de má preservação.



Fonte: acervo pessoal.

Figura 57 - Mudanças no "Casarão Azul" antes e depois da reforma.



Fonte: Google Earth e acervo pessoal, respectivamente.

A Casa do Idoso também passa por constantes mudanças, porém, são visíveis alguns problemas na preservação:

- Rachaduras;

- Fissuras na madeira do telhado e do piso;
- Desgaste na pintura;
- Pichação;
- Possível infestação de cupins na madeira;

Figura 58 - Indícios de má conservação e preservação da "Casa do Idoso"



Fonte: acervo pessoal.

Também existe alguns problemas de preservação do conjunto que abriga o Bendito Bar, 389 Burguer, Pepe Nero e Hotel da Praça, alguns deles são:

- Modificações constantes nas fachadas e nas estruturas do estabelecimento, descaracterizando as edificações originais;
- Possíveis focos de infiltração;

- Falta de pintura e manutenção;

Figura 59 - Bendito Bar antes e depois das reformas.



Fonte: Inventário do Iphan e acervo pessoal, respectivamente.

Figura 60 - 389 Burguer antes e depois das reformas.



Fonte: <https://directmap.biz/ru/planaltina/4851> e acervo pessoal, respectivamente.

Figura 61 - Indícios de má conservação e preservação, do 389 Burguer, Hotel da Praça e Pepe Nero



Fonte: acervo pessoal

Na praça Salviano Monteiro Guimarães as patologias identificadas na praça incluem:

- Pinturas constantes nas estruturas da praça, sem prévia autorização;
- Depredação de bancos;
- Constantes pichamentos e muitos lixos espalhados pelo chão;

Figura 62 - Indícios de má conservação e intervenções sem autorização.



Fonte: acervo pessoal.

A edificação que abrigou a antiga farmácia hoje é uma residência, e devido seu uso atual passou por manutenção e uma reforma recentemente, mas alguns problemas na preservação incluem:

- Alterações feitas nessa edificação ao longo do tempo que podem vir a descaracterizar o bem;
- Rachaduras nas paredes;
- Desgaste na pintura;
- Rede elétrica antiga e exposta, o que pode vir a causar focos de incêndio;
- Possíveis focos de infiltração;

Figura 63 - Índícios de má preservação e conservação.



Fonte: acervo pessoal.

A edificação que hoje abriga o Colégio COC também já passou por muitas alterações, principalmente em relação a sua pintura. Já passou muito tempo abandonado, sem nenhuma utilização, já foi a sede de uma universidade e hoje é nova uma escola. Alguns pontos de falha na sua preservação foram identificados, como:

- Rachaduras nas paredes;
- Constantes modificações na pintura e estrutura;
- Vidros e janelas quebrados e faltando;
- Falta de manutenção;
- Desgaste na pintura;
- Possíveis focos de infiltração;

Figura 64 - Indícios de má conservação e preservação.



Fonte: acervo pessoal.

A edificação que hoje é o Hotel O Casarão já foi repintada algumas vezes de cores distintas, recentemente passou por uma pequena reforma, porém, seu anexo é o que mais sofre com os problemas do tempo. Podemos listar como problemas na preservação:

- Mudanças constantes na pintura da fachada;

- Vidros e janelas quebrados;
- Desgaste na pintura;
- Fissuras e desgaste na madeira;
- Rachaduras nas paredes;

Figura 65 - Indícios de má conservação e preservação do Hotel O Casarão.



Fonte: acervo pessoal

7. DIRETRIZES DE INTERVENÇÃO

Em seguida, apresentamos algumas diretrizes propostas para intervenções em bens tombados na tentativa de ajudar na preservação do Centro Histórico e Artístico de Planaltina. Para que esta seja efetiva, é necessário que, dentro do perímetro de tombamento, sejam levadas em consideração as seguintes propostas:

- Os elementos que compõe todo o perímetro de tombamento, incluindo a fachada e a volumetria das casas em questão, e tudo que abrange as praças, só devem ser alterados caso necessitem reverter eventuais descaracterizações ou para impedir possíveis problemas de preservação e devem estar acompanhadas de justificativa sólida;
- O Centro Histórico e Artístico não deverá ter sua área, volume e proporção modificados, buscando preservar suas características originais apenas por meio de restauração;
- Deve ser garantido a todo o perímetro de tombamento, proteção contra depredação, vandalismos e modificações sem prévia autorização da Secretaria de Cultura;
- Revitalização de todo o Centro Histórico, com objetivo de construir um percurso turístico e cultural como o proposto pela SEDUH (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação), que busca tornar a área voltada apenas para pedestres, com realces para as edificações, a iluminação e a harmonia da paisagem com seu entorno;
- Manutenção constante das edificações visando a harmonia e preservação do conjunto do Centro Histórico e Artístico;
- Restrições à construção e derrubada de edificações no perímetro de tombamento, é importante a parceria e ajuda da Secretaria de Cultura;
- Instalação de placas educativas que contenham informações sobre o paisagismo das praças, levando em conta que algumas árvores possuem cerca de 100 anos de existência e fazem parte da história da cidade, como o caso do jenipapeiro que é referência na cidade;

- Instalação de mais pontos de iluminação já que o número de postes existentes não é suficiente para uma iluminação satisfatória;
- Manutenção periódica de canteiros, bancos e dos elementos paisagísticos das praças, além de fiscalização para que não sejam modificados sem autorização prévia;
- Repintura geral das edificações e praças, obedecendo as cores originais;
- Análise e manutenções periódicas das madeiras utilizadas nas edificações a fim de evitar focos de incêndio e infestação de insetos;
- Criar meios e incentivos para uso e apropriação dos espaços em questão;

Toda e qualquer intervenção que venha a ser realizada dentro do perímetro de tombamento deve ter autorização e análise prévia da Secretaria de Cultura do Distrito Federal e contar com apoio de uma equipe especializada para elaborar um estudo adequado sobre a possibilidade e a necessidade de intervenções.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como “filha” de Planaltina presenciei muitos acontecimentos da cidade, carrego comigo um sentimento de pertencimento desse lugar e uma vontade de disseminar a história e cultura dessa comunidade. Ao longo da minha trajetória, principalmente acadêmica, meus olhares e sentimentos por Planaltina foram modificados e passei a percebê-la como importante nos cenários distrital e nacional. A luta para estimular e sensibilizar a população e as autoridades quanto a importância e uso dos espaços é constante e por diversas vezes cansativa, porém, necessária e nos mostra como este lugar é atribuído de valores e tradições que, principalmente, nós, moradores de Planaltina, buscamos incentivar e disseminar na tentativa de preservá-los.

Após a elaboração do dossiê levantado nesse estudo, é possível notar a necessidade de que o tombamento já existente do Centro Histórico e Artístico de Planaltina assuma os efeitos desse instrumento jurídico-administrativo a fim de tentar preservar, principalmente, a arquitetura local que faz parte da história da cidade.

Manter a população conscientizada sobre o papel dela na preservação desses bens culturais e na luta para não deixar que o mesmo desapareça ou se descaracterize por completo é essencial, não apenas para preservar a história, mas para garantir o futuro, o conhecimento das próximas gerações, atrair o turismo para a cidade e fazer com que a mesma tenha seu reconhecimento como histórica e importante no cenário da mudança da capital.

No fundo, o objetivo deste trabalho foi de captar aspectos que vão além do tangível, reunindo informações, dados e formas de percepção e apropriação desse espaço, a fim de compreender qual a importância desse conjunto arquitetônico para comunidade e a necessidade de se discutir sobre o tombamento desse local.

Concluiu-se que não é tão simples fazer esse levantamento e falar com as pessoas sobre o assunto, nem sempre a história é linear e houve uma necessidade de atenção da pesquisadora. Foi necessário desconstruir e construir algumas impressões sobre o lugar, sobre suas apropriações, os olhares da comunidade e suas relações com o patrimônio e a história da cidade.

O conjunto de edificações sofreram muitas mudanças com o passar do tempo, mesmo inserido dentro do perímetro de tombamento do Museu Histórico e Artístico e da Igreja São Sebastião. Assim, foi possível mostrar os potenciais desse Centro, o uso cotidiano, suas qualidades e propor ações que podem nortear sua melhoria, preservação e conservação sem que acarretem mudanças drásticas ou negativas que sejam nocivas para a história e referências culturais da cidade.

O resultado deste levantamento proporcionou mensurar, mesmo que de modo superficial, o tamanho da história da cidade, os valores atribuídos pelos próprios moradores aos bens e o grau de importância que o discurso sobre o patrimônio cultural possui na comunidade, revelando valores definidos por eles mesmos em suas próprias memórias e narrativas.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. **Walter Mello**. Entre a Oralidade e a Escrita. Apontamentos Biográficos. Brasília: APDF, 2018.

BARBOSA Daniela Pereira. **O Patrimônio de Brasília além do Plano Piloto**: Uma análise de dossiês de tombamento 1959-2014. Programa de Pós-Graduação, Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central**. 5ª edição. Brasília: Verano, 2005.

BRASÍLIA. SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO DISTRITO FEDERAL. **Inventário do Setor tradicional de Planaltina**. Brasília, 19 de dezembro de 2012.

CASTRO, Mario. **Realidade pioneira**. Brasília: Editora Thesaurus. 1986.

CRULS, Luiz. **Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central**: relatório Cruls. 6ª ed. Brasília: CODEPLAN, 1995.

DINIZ Renata Neres. **Musealização e Patrimonialização do Distrito Federal: o caso do Museu Histórico e Artístico de Planaltina e da Pedra Fundamental (1982)**. Brasília, 2021.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 6.939, de 19 agosto de 1982. **Dispõe sobre o tombamento provisório da Museu Histórico e Artístico - Planaltina**, Distrito Federal.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 6.940, de 19 agosto de 1982. **Dispõe sobre o tombamento provisório da Igreja de São Sebastião - Planaltina**, Distrito Federal.

GUIMARÃES, Sílvia Helena. **Os Monteiro Guimarães na história do Planalto Central**. Goiânia: Editora Kelps, 2009.

Infraestrutura de Dados Espaciais do Distrito Federal - IDE/DF(2023). Geoportal/DF. Disponível em: <https://www.geoportal.seduh.df.gov.br/geoportal/>. Acesso em: 03/04/2023

MENDES, Júnia Efigênia. **Dossiê de Tombamento da Fachada Frontal e da Volumetria da Casa Centenária da Família Motta, no Distrito de Santo Antônio do Salto em Ouro Preto – MG.** Ouro Preto, 2017.

NETO, Fernando Pires Ramos; SOUZA, Ana Paula da Fonseca de. **Sou Daqui: o registro da memória de uma comunidade.** Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

OLIVEIRA, Ederson Gomes de. **and cultural heritage of Planaltina (DF): memory and social identity.** 2014. 99 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e da Terra) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GOIÂNIA, 2014.

PALAZZO, P. P. (2016). **Planaltina e suas narrativas: cultura, memória e patrimônio em publicações locais desde o Século XX.** *Historiæ*, 6(2), 360–382. Recuperado de <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/5600>

PEREIRA, Vinicius Carvalho. **O tombamento da Caixa d'água da Ceilândia no contexto da política de patrimônio do Distrito Federal.** 2017. 119 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

POZZOBON, Bruno Cezar. **Preservação do Patrimônio Cultural: discutindo ações para o Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul/SC.** Rio de Janeiro, 2016.

SILVA, Elias Manoel da. **De Mestre D'armas a Planaltina: reflexão histórico-crítica sobre a fundação da cidade.** Brasília, 2016.

SILVA, Elias Manoel da. **Walter Mello: entre a oralidade e a escrita: apontamentos biográficos.** Brasília, 2018.

SILVA, Manuela Ilha. **Para além do centro histórico: valores e sentidos do patrimônio cultural edificado de Santa Maria/RS.** Dissertação de Mestrado, RS, Brasil 2015

SILVA, Tathianni Cristini da. **O Patrimônio Cultural do Centro Histórico de Florianópolis: um estudo do papel dos Museus Histórico de Santa Catarina**

e Victor Meirelles na preservação e produção da cultura. Dissertação de Pós Graduação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SOUSA, Gabriel de. **Escola Classe 01 de Planaltina, o berço da educação no DF.** **Jornal de Brasília, 2022.** Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/brasil/escola-classe-01-de-planaltina-o-berco-da-educacao-no-df/>. Acesso em: 09 de maio de 2023.